



Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (34). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Acir Mezzadri, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado. (23), e em licença, Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 52/83 Curitiba, 11 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de ANDIRÁ, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CRUZ MACHADO, GENERAL CARNEIRO, IRATI, JAGUARIAIVA, LAPA, MANGUEIRINHA, PALMAS, PALMEIRA, PIRAQUARA, PORTO AMAZONAS, QUITANDINHA, RIO AZUL, SENGÉS e TEIXEIRA SOARES, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 53/83 Curitiba, 11 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 28 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Município	Data do Convênio aditado
Adrianópolis	27/08/82
Apucarana	01/02/82
Centenário do Sul	01/02/82
Cianorte	01/02/82
Imbituva	15/12/82
Ivaiporã	01/02/82
Jaboti	01/02/82
Jardim Alegre	01/02/82
Nova América da Colina	01/02/82
Nova Fátima	01/02/82
Porecatu	01/02/82
Santo Inácio	01/02/82
São Jerônimo da Serra	01/02/82
São João do Ivaí	01/02/82
São João do Triunfo	30/06/82
Tibagi	18/10/82
Verê	01/02/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 54/83 Curitiba, 11 de maio de 1983
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos Termos Aditivos datados de 29 de dezembro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de AMAPORÃ, BARRAÇÃO, BORRAZÓPOLIS, CALIFÓRNIA, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO OESTE, DOIS VIZINHOS, DOUTOR CAMARGO, FÊNIX, FLÓRIDA, FRANCISCO BELTRÃO, GUAIRACÁ, GUARACI, GUARANIAÇU, IGUAQUÊ, INÁCIO MARTINS, INDIANÓPOLIS, ITAMBÉ, ITAPEJARA DO OESTE, IVATUBA, JAPIRA, JATAIZINHO, LARANJEIRAS DO SUL, LEÓPOLIS, MANOEL RIBAS, MARIALVA, MARILENA, MARUMBI, MUNHOZ DE MELLO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA OLÍMPIA, PALMITAL, PARANACITY, PARANAPOEMA, PARANAVAÍ, PÉROLA, PINHALÃO, PITANGA, SALTO DO LONTRA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA

CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTA IZABEL DO IVAÍ, SANTANA DO ITARARÉ, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, SÃO PEDRO DO IVAÍ, TAPEJARA, TOMAZINA e UMUARAMA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 55/83 *Dep. 57/83* Curitiba, 11 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de terceiros Termos Aditivos datados de 29 de dezembro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CÉU AZUL, COLORADO, CONGONHINHAS, CONSELHEIRO MAIRINCK, GRANDES RIOS, JANDAIA DO SUL, JUNDIAÍ DO SUL, MANDAGUAÇU, MARINGÁ, NOVA SANTA ROSA, PARAÍSO DO NORTE, PORTO RICO, RIBEIRÃO DO PINHAL, SALTO DO ITARARÉ, TAPIRA, TERRA RICA e XAMBRÊ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 56/83 *Dep. 56/83* Curitiba, 11 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de quartos termos aditivos, firmados em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de RIBEIRÃO CLARO e LONDRINA, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 01 de fevereiro de 1982, para a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 57/83 *Dep. 56/83* Curitiba, 12 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira nºs 01/83 a 24/83 celebrados em 07 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e, respectivamente, os Municípios de ARAPOTI, ALTO PIQUIRI, AMPORÃ, ANDIRÁ, ASSAÍ, BANDEIRANTES, BELA VISTA DO PARAÍSO, BORRAZÓPOLIS, CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CONSELHEIRO MAIRINCK, CONTENDA, CRUZEIRO DO SUL, DOIS VIZINHOS, FLÓRIDA, FOZ DO IGUAÇU, FRANCISCO ALVES, FRANCISCO BELTRÃO, GOIOERÊ, GUAIRACÁ, GUAPOREMA, GUARANIAÇU, INAJÁ, INDIANÓPOLIS e IPORÃ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 58/83 *Dep. 59/83* Curitiba, 12 de maio de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 20/83, celebrado em 11 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de NOVA CANTU, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o nº 296/83-DL, do Sr. Vereador MOACIR TOSIN - Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia do Requerimento nº 800/83, de autoria do nobre Vereador LUIZ CARLOS BETENHEUSER, apoiado pelos nobres Vereadores WALDIR D'ANGELIS, SANTIAGO LOSSO, ALGACI TULIO, JOSÉ FELINTO e MOACIR TOSIN, o qual propõe a inclusão de estudantes a nível universitário nos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e representantes dos assalariados no Conselho Monetário Nacional, mediante eleição entre Presidente das respectivas Federações.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 27/83, do Sr. MILTON JOSÉ PUPIO FILHO - Presidente da Câmara Municipal de Jandaia do Sul, comunicando a aprovação do requerimento de autoria do Vereador OSWALDO FARINAZZO, o qual manifestou descontentamento e estranheza pela iniciativa estatizante consubstanciada ao Projeto de Lei nº 368/83, do Deputado NILSON GIBSON. — Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Da Senhora Deputada IVETE VARGAS, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, na Câmara Federal, no seguinte

teor:

"ACUSO RECEBIMENTO SEU OFICIO DATADO 04 MES CORRENTE, CUJO TEOR MERECE MINHA MAIOR ATENÇÃO E INTERESSE".

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DIR/014/83, do Sr. NELSON TORRES GALVÃO - Vice-Presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná - ADEMI-Pr., o qual manifesta o apoio ao Projeto de Lei nº 32/83 de autoria do nobre Deputado NILSO SQUAREZI, que suspende a semestralidade dos reajustes das custas judiciais até que seja encontrada nova fórmula de cálculo para as mesmas.—

— Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 402/83-GB/SESP, do Sr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI — Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os préstimos no sentido de que seja indicado um Parlamentar, na condição de Representante desta Casa Legislativa, para compor Comissão a ser formada por esta Secretaria, com a finalidade de proceder a estudos visando a transformação do Departamento de Trânsito (DETRAN) em Autarquia.

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para os Projetos de Leis números 14 e 47/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à funcionária desta Casa, Senhora NORMA BUEST ROSÁRIO, que após relevantes serviços prestados a este Poder Legislativo, vem de se aposentar. Funcionária exemplar e das mais assíduas, nunca deixou, dentre as funções que lhe eram atribuídas, de atender indistintamente a todos, exercendo-as com alto nível de responsabilidade e compreensão.

Requer, outrossim, que tal manifestação seja comunicada àquela servidora e anotada em sua ficha funcional.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado DONATO GULIN, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações com o jornal "Gazeta do Povo" pela sua nova paginação que veio dar maior dinâmica e valorização à área política, bem como pela edição do nº 500 da Gazetinha, órgão especializado no lazer sadio das crianças e que procura, com suas publicações, melhor educá-las e orientá-las.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do

Estado, no sentido de através do setor competente, apresentar voto de congratulações, ao Centro do Comércio de Paranaguá, pela comemoração do seu Cinquentenário de Fundação.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, prende-se ao fato do Centro do Comércio de Café de Paranaguá, fundado em 1.933, reunir desde então todos os empresários que operam com café.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo à Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, que sediou nos dias 20, 21 e 22 de maio do corrente ano a II Convenção Estadual, que contou com a honrosa presença do Presidente Nacional, do Vice-Presidente, demais autoridades e representantes de todas as Câmaras Júnior do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa a publicação feita no Jornal da Capital "Gazeta do Povo", a qual leva o título O "Susto" da Casa Própria.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é acompanhado pela cópia do referido artigo, para que seja analisado com melhores detalhes. Publicação feita no dia 23 de maio de 1983.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente do BADEP no sentido de prestar as seguintes informações:

1. O Sr. KARLOS RISCHBIETER é servidor do BADEP? Quando foi contratado, qual o seu salário inicial, qual o salário atual e onde está lotado para prestar serviços?

2. O Sr. KARLOS RISCHBIETER foi funcionário da Codepar, agora BADEP? Em caso afirmativo, quando foi admitido e, se foi demitido ao tempo dessa mesma Codepar?

3. O vínculo empregatício do Sr. KARLOS RISCHBIETER com o BADEP foi interrompido em algum tempo?

4. Por acaso o Sr. KARLOS RISCHBIETER está gozando eventual licença? Em caso positivo, desde quando está em licença? Está recebendo alguma remuneração nesse tempo de licença? Os recolhimentos previdenciários referentes aos seus salários estão sendo feitos normalmente?

5. Além do Sr. KARLOS RISCHBIETER relacionar outros servidores do BADEP que, por quaisquer motivos estejam afastados de suas atividades normais nesse Banco, gozando de licença sem vencimentos ou para tratar de assuntos particulares.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação mais do que necessária é bem oportuna, tem por fim assegurar a verdade já que se fala que o referido cidadão, como funcionário do aludido Banco, está em situação invulgar, gozando de um tratamento especial.

O Paraná atravessa tempos novos. A austeridade precisa ser preservada, a boa aplicação dos dinheiros públicos é um imperativo.

O esclarecimento que se deseja é oportuno, portanto. Se nada houver de errado, melhor para todos. Se algo estiver errado, a revelação para tudo corrigido. O interesse coletivo é o incentivo maior para que seja apresentado este pedido de informações.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado Donato Gulin, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário seja oficiado ao Departamento de Estradas de Rodagem no sentido que o mesmo auxilie a Prefeitura Municipal do Município de Pinhã, na reconstrução de 18 pontes destruídas por ocasião das recentes enchentes ocorridas naquele município o que está ocasionando sérios problemas no escoamento dos produtos agrícolas da região, principalmente da Cooperativa que acha-se ilhada.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que oficie-se ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil, solicitando a imediata inauguração da Agência a ser instalada no Município de Ortigueira, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

A edificação predial que sediará a Agência do Banco do Brasil, já se encontra concluída, não havendo motivos, em nosso entender, para o atraso na inauguração desta.

Existe, por outro lado, a necessidade premente da referida inauguração, haja vista que o Município de Ortigueira e Região, é de economia basicamente agrícola, área em que é notória a atuação do Banco do Brasil, como estabelecimento de crédito.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Sr. João Batista Figueiredo, DD. Presidente da República, segerindo a adoção de medidas urgentes contra o aumento de 130 por cento nas prestações da casa própria o que, fatalmente, decretará a falência do Sistema Financeiro de Habitação.

Entre outras medidas, sugerimos:

1. Vincular as prestações aos aumentos salariais dos trabalhadores;
2. Tratamento diferenciado aos trabalhadores que ganham até três salários mínimos;
3. Utilização de parte dos recursos do Finsocial (que em 1983 atingirão 600 bilhões) como forma de subsídios e conseqüentemente diminuindo o valor das prestações.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que atra-

vés do Órgão competente da Administração Estadual, forneça uma ambulância ao Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tijucas do Sul não dispõe até o presente momento de hospital, razão pela qual, surgem constantemente problemas com doentes que necessitam de internamentos urgentes. Além de não contar com hospital, o Município também não dispõe de uma ambulância. Geralmente quando ocorre a necessidade de locomover doentes para outros municípios (Curitiba ou São José dos Pinhais), o transporte é efetuado por carro de passeio ou caminhão, sendo que na maioria das vezes, por uma falta de veículo adequado, os casos urgentes tornam-se fatídicos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado do Interior, para que através da Companhia de Telecomunicações do Paraná - Telepar, seja instalado um telefone público no Jardim das Hortências, Fazenda Rio Grande no Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

Tal aparelho telefônico deveria ser instalado em junho de 1982, mas em decorrência de fatos políticos, fizeram com que até o presente, após mais de 8 meses, os moradores daquela localidade, não foram atendidos em suas justas reivindicações.

Caso seja atendido o presente apelo, sugerem os moradores daquele populoso bairro que o local mais apropriado seja em frente ao armazém Andrade, na avenida principal.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho da Rodovia PR-090, que liga Ibioporã a Sertãoópolis.

Segundo informações prestadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, o projeto de engenharia do referido trecho foi executado por administração direta constando de: terraplenagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes. As plataformas consideradas foram: terraplenagem: 11,0m com inclinação transversal de 3 por cento e taludes de 1:1,5. Pavimentação: 6,60m e acostamentos de 2x1,50. Revestimento - tratamento superficial duplo com capa selante e 2,5 cm; base - brita graduada e 15,0m; sub-base - ranchão - O max 6" e 20,0 cm.

A extensão do trecho é de 27,28 km. O custo estimado do referido trecho em valores atuais está em torno de Cr\$... 1.570.000.000,00.

Com a paralização do asfaltamento do referido trecho, grande é a dificuldade de escoamento da produção agrícola dos moradores da referida região. Cremos ser um justo prêmio aos cidadãos que necessitam trafegar no referido trecho, além de atender os anseios de toda a população.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes solicitando estudos no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho entre Barbosa Ferraz-Tereza Breda-Paraíso do Sul e Iretama.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A região abrangida pela presente solicitação é grande produtora de grãos colaborando decisivamente para o progresso e receita de nosso Estado. Carece no entretanto, desse benefício ora solicitado, pois no tempo das chuvas a mesma fica intransitável trazendo prejuízos aos agricultores, mas principalmente ao nosso Estado dado que a sua produção não chega daí aos grandes centros consumidores. Portanto, trata-se de reivindicação justa a que ora em nome do povo daquele município e região solicitamos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando estudos a fim de ser asfaltado o trecho que liga Barbosa Ferraz-Corumbataí do Sul-Bourbonia-Mamborê.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A região abrangida pelo trecho em tela é grande produtora de grãos, colaborando sobre maneira ao desenvolvimento de nosso Estado e necessário se faz então que esse mesmo trecho seja urgentemente asfaltado, pois quando no tempo das chuvas a referida ligação fica totalmente intransitável prejudicando o escoamento da produção e trazendo prejuízos não só aos agricultores do local mas também ao Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado à Superintendência Estadual do Funrural, solicitando-lhe duplicação em termos de jornada diária de atendimento ambulatorial aos associados do Funrural do Município de Santa Fé, elevando-se para oito horas a jornada de trabalho, hoje limitada a apenas quatro horas. Segundo justificativa apresentada pelo vereador de Santa Fé, Fernando Gabella Vilarino, que acolheu reivindicação postulada pela Presidência local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, "municípios vizinhos a Santa Fé vêm sendo há muito tempo agraciados com oito horas diárias de atendimento ambulatorial, segundo semelhantes convênios médico-hospitalares com o Funrural, a exemplo de Guaraci e Iguaraçu, cuja população é significativamente inferior a de Santa Fé. Dos doze mil habitantes de Santa Fé, três mil e vinte e um são associados ao Funrural, cifra esta que por si só justifica a ampliação da jornada de trabalho em termos de atendimento ambulatorial".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado para que, através das competentes Secretarias de Estado, sejam realizados estudos alusivos à concessão do absolutamente indispensável reajuste salarial aos professores da Rede Estadual de Ensino e demais funcionários públicos, ao e iniciar o segundo semestre do corrente ano.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Não existe fórmula para sobreviver ao descalabro inflacionário a que os "experts" financeiros do Governo Federal conduziram o País, a não ser a adoção imediata do paliativo sob a forma do reajuste salarial em favor do funcionalismo público estadual, com vigência a partir do próximo semestre vindouro. O benefício em pauta constitui hoje Imperativo Inadiável como resposta às necessidades mínimas de sobrevivência dos milhares de trabalhadores do Estado, que progressivamente, vão se desfazendo até mesmo das parcas economias que alcançaram em tantos anos de luta. Primeiro sobou a garagem, porque não foi mais possível manter o automóvel. Agora, fogue-lhes das mãos a própria moradia, pois não há como pagar o aumento anual de 130 por cento nas prestações da "casa própria", sob o absurdo esquema corretivo do BNH. É por isso que as grandes obras de Governo devem ficar para depois. Elas podem esperar... e os nossos funcionários mal pagos já não reúnem mais forças até mesmo para esperar.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Secretários da Agricultura e Finanças, solicitando-lhes a adoção de medidas especiais que confirmem ao milho pedestal econômico e nutritivo de que fundamentalmente deve se revestir. A propósito, os hábitos alimentares devem ter suporte dinâmico e a nossa experiência brasileira já provou sobejamente que eles podem ser enriquecidos. Ainda há poucos anos, o soja praticamente nem mesmo era citado como alternativa alimentar de nosso povo. Agora, é tempo da economia agrícola do milho, devendo-se para tanto, segundo sugestões do vereador maringaense Orides Angeli, serem adotadas estas medidas:

1. Corte da isenção de ICM para o milho exportado pelo Paraná.
2. Término da exportação do milho em grão para o exterior.
3. Incentivo ao financiamento e estocagem do produto, pois é inadmissível a transferência do cereal para outros Estados da Federação pela CPF ou demais Órgãos de Governo, sob a alegação de insuficiência da Rede de Armazenagem do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, bem como ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando-lhes o desencadeamento de estudos e ulterior programação que faça ressurgir no Paraná os laranjais extintos, pois que é uma afronta ao Paraná a manutenção perene das águas do rio Paranapanema como faixa divisória do cancro cítrico, em cujo nome os trustes da citricultura têm explorado sem peias o povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Por que o sacrifício de nossos pomares, quando São Paulo pode conviver com o chamado cancro cítrico? Ou ainda, será que o cancro cítrico já chegou a vitimar alguém em nosso Estado? Pelo menos, entre as vítimas da fome, muitas já sucumbiram por lhes ser impossível o acesso às frutas cítricas de elevado preço, mas se desconhece qualquer óbito motivado por consumo de laranjas contaminadas pelo tal cancro. Aliás, as frutas doentias nem chegaram a amadurecer e, em que pesem vinte anos

de corte indiscriminado, nem mesmo se chegou a provar que o método serviu para eliminar a peste. Ora, basta de engodo. Vamos plantar cítricos no Estado inteiro. Saberemos conviver com o cancro cítrico... o que será muito mais fácil que o convívio eterno com os monopólios da laranja, que têm roubado sistematicamente básicas e indispensáveis vitaminas que seriam de acesso fácil aos mais humildes e desprotegidos paranaenses. Nossa terra é a terra dos laranjais e, sem maiores delongas ou preconceitos, chegou a vez e a hora do replantio de pomares de norte a sul do Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Klaus M. Germes e Presidente da "CAFE DO PARANÁ", Agrônomo Osmar Dias, solicitando-lhes estudos que viabilizem, segundo aspiração traduzida pela Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí, a implantação de Pólo de Mecanização Agrícola da "CAFE DO PARANÁ", naquele município.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

As razões expostas em ofício anexo, originário de aprovação unânime pelos vereadores do Município de São Pedro do Ivaí e sintetizadas pela assinatura do Presidente daquela Casa Legislativa, Vereador Floriano Balbo, por si mesmas justificam sobejamente a necessidade de implantação do Pólo de Mecanização Agrícola, objeto do presente requerimento. Na realidade, além da excelente posição geográfica e do fértil solo, some-se ainda a disposição antecipada em termos de concessão de área pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí, em extensão necessária ao que necessário for para a implantação do já mencionado Pólo de Mecanização Agrícola.

Por outro lado, ciente ainda de que a atual filosofia de aparelhar a "CAFE DO PARANÁ", com a finalidade precípua de atendimento eficaz aos agricultores do Estado, firma-se a reivindicação lavrada e o traduzido espírito de cooperação pelos produtores agrícolas de São Pedro do Ivaí, como pressupostos da receptividade que se espera alcançar.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER a expedição ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, sugerindo que o Chefe do Executivo recomende aos presidentes das estatais paranaenses a publicação dos seguintes atos no Diário Oficial: a) contratos de compras; b) admissão e demissão de empregados; c) designação de empregados para o exercício de cargos de chefia, com os respectivos salários; e, d) contratação de obras.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o jornal "Folha de São Paulo" sugeriu que medida dessa natureza fosse adotada no Estado de São Paulo.

A sugestão foi aceita pelo governador Franco Montoro, sendo que no dia 19 deste mês o Chefe de Gabinete Civil, Eugênio Montoro, encaminhou telex às empresas de economia mista recomendando que tal prática passasse a ser adotada de imediato.

O telex lembra que essa recomendação está ligada ao decreto do governo paulista de nº 20.877, de 24 de março de 1983, já denominado de "decreto da verdade", em que o governador determina que todas as secretarias, empresas e órgãos do Estado facilitem o acesso do público à informação sobre suas atividades.

Através da prática da publicação desses atos no Diário

Oficial todos têm condições de fiscalizar a aplicação dos recursos colocados à disposição das empresas de economia mista. Importante ressaltar que muitas dessas empresas possuem recursos superiores aos próprios órgãos da administração direta e nem sempre a fiscalização pode ser feita com rapidez.

Dentro da proposta de implantação de um governo participativo, nada mais justo que se permita ao povo tomar conhecimento dos principais atos praticados por essas empresas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, reivindicando a reabertura da agência da receita federal, na cidade de Wenceslau Braz, desativada injustificadamente no último mês de março.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Wenceslau Braz é centro de importante região geo-econômica, abrangendo também os municípios de Siqueira Campos, Tomazina, São José da Boa Vista, Santana do Itararé e Salto do Itararé. Os seis municípios contam com uma população de aproximadamente oitenta mil pessoas.

Neles funcionam 551 estabelecimentos comerciais, 398 empresas de prestação de serviços e 111 estabelecimentos industriais.

A zona rural dessa região é formada basicamente por minifúndios, fato que determina a existência de elevado número de contribuintes do fisco federal.

Todas as empresas da região e as pessoas físicas contribuintes da receita federal eram, até março deste ano, atendidas pela agência situada em Wenceslau Braz.

Sob a alegação de contenção de gastos o Governo Federal encerrou as atividades da agência e hoje os contribuintes desses seis municípios são obrigados a viajar - o que implica em perda de tempo e em maiores gastos - para cuidarem de seus interesses junto ao fisco federal.

Atualmente, os percursos foram aumentados para todos os moradores desses municípios do seguinte modo: quem reside em Wenceslau Braz é obrigado a percorrer mais 58 quilômetros; os de Santana do Itararé, mais 58 quilômetros; os que residem em São José mais 38 quilômetros; os de Salto do Itararé, mais 40 quilômetros; e os de Tomazina mais seis quilômetros.

Por outro lado, a alegação de contenção de despesas não é válida se houver um cotejo entre as despesas que os contribuintes são hoje obrigados a suportar com as viagens. A agência de rendas de Wenceslau Braz custava, mensalmente, ao Governo Federal a importância de Cr\$ 538.784,00, gastos com o pagamento de aluguel e de três funcionários que ali estavam lotados. O gasto principal referia-se ao salário de um agente fiscal que percebe mensalmente quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros. Esse gasto continua existindo, pois o funcionário foi simplesmente transferido e lotado em outra repartição. A economia, se é que existiu, ficou reduzida a menos de cem mil cruzeiros, insignificante, realmente, em relação aos gastos agora impostos ao contribuinte.

O bom senso indica que a agência de renda de Wenceslau Braz deve ser reativada imediatamente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER seja expedido ofício a ilustre Secretária de Estado da Educação sugerindo que sejam tomadas as medidas cabíveis visando transferir o Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa do Grupo Escolar "Meneleu de Almeida Torres", para o anexo do Colégio Estadual "Regente Feijó" ou para os

prédios onde atualmente estão instalados os grupos escolares "Senador Correia" e "Júlio Teodorico", conforme solicitação contida no incluso abaixo-assinado.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O tradicional Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa sempre funcionou em prédios públicos localizados na parte central da cidade de Ponta Grossa.

Sem motivo justificável e sem consulta prévia à comunidade escolar, há tempos a Secretaria da Educação determinou que a sede do referido colégio fosse transferida para o Grupo Escolar "Meneleu de Almeida Torres", situado na Vila Vilela. A alteração, feita a revelia dos alunos e professores, obriga a grande maioria dos alunos a se utilizarem de mais de um coletivo e, muitas vezes, a cumprirem longo percurso a pé.

A transferência do colégio da parte central da cidade para um bairro vem determinando, anualmente, sensível redução do número de alunos. Em 1977 aquele estabelecimento de ensino contava com 812 (oitocentos e doze) alunos matriculados. Este ano esse total foi reduzido para apenas 220 (duzentos e vinte) alunos.

O Governo do Estado possui na parte central de Ponta Grossa diversos prédios escolares que podem abrigar os alunos dos cursos de contabilidade e de técnico em administração. O presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Vereador Joel Lopes da Silva, indicou recentemente o edifício onde funciona o anexo do Colégio Estadual "Regente Feijó", que não está sendo utilizado integralmente no período noturno. Além desse prédio, alternativamente, poderiam ser utilizadas as sedes dos grupos escolares "Senador Correia" e "Júlio Teodorico". A sede deste último, injustificadamente, vem abrigando no período noturno uma escola particular que apenas visa lucro.

O retorno das turmas do Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa ao centro da cidade é medida que se impõe, pois professores e alunos não podem continuar sendo prejudicados por uma medida insensata e praticada a revelia da comunidade escolar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que as lideranças das bancadas do PMDB e PDS indiquem os nomes dos Deputados que formarão a Comissão Especial, responsável pela apreciação da Proposição de Emenda à Constituição do Estado número 32/83, de autoria dos signatários.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(aa) MÁRIO PEREIRA
GABRIEL SAMPAIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 059/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Os vencimentos dos funcionários públicos estaduais, serão reajustados semestralmente.

Art. 2.º — A vigência do reajuste de que trata o artigo anterior ocorrerá a partir do primeiro dia do mês de janeiro e do primeiro dia do mês de julho, de forma cumulativa.

Art. 3.º — Os índices de cada reajuste semestral serão fixados em lei própria, não podendo ser inferiores às taxas da inflação acumulada no semestre anterior.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

APOIAMENTO: Augusto Carneiro, Tuguio Setogutte, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Ezequias Losso, Werner Wanderer, Tércio Albuquerque, Leônidas Chaves, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Donato Gulín e Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA: de Plenário.

PROJETO DE LEI N.º 060/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica denominada "RODOVIA VASSÍLIO BOIKO" a estrada que, partindo da BR-487, liga Iretama a Roncador — trecho PR-462, Roncador à BR-369 — trecho PR-239.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

À guisa de explicação, para os que não conheceram a pessoa, cuja memória desejamos perpetuar, como forma de reconhecimento ao trabalho profícuo de um dos desbravadores do Centro Oeste Paranaense, e também com o intuito de justificarmos o que se propõe no presente projeto de lei, passamos a relatar, se não a mais culta das vidas que influíram no progresso da nossa região, porém, o mais exaltado exemplo de trabalho e honradez, símbolo presente na vida desse humilde filho do Paraná, que dedicou toda sua existência e potencial de empreendimento em favor de sua família, da região que o viu nascer, e do seu Estado natal.

Filho de pais humildes, acima de tudo honrados e possuidores de alto espírito de progresso, valores, aliás, que transferido a Vassílio Boiko, associaram-se à expansão geo-econômica da promissora região dos Campos do Mourão, recém desmembrada dos Campos de Guarapuava; onde ele, homem e a terra que lhe serviu de berço, cresceram mutuamente, deixando, acima de tudo, um exemplo de que com trabalho e dedicação é possível prosperar.

Vassílio Boiko, homem pré-destinado ao serviço do transporte: mola mestra do nosso progresso.

Desde muito cedo, a vida haveria de lhe proporcionar o primeiro instrumento de trabalho que mais tarde serviria de orgulho e exemplo para todos nós.

Ainda muito criança ganhou de seu pai uma pequena carroça, que certamente lhe serviria de estímulo para o trabalho, visto ser na época (1925) o melhor meio de transporte.

Aí foi o início de uma grande vida. Com o passar dos tempos, foi melhorando sua viatura de transporte e suas 8 parselhas de animais.

Já em 1933, com um melhor equipamento mas com o mesmo princípio: PROSPERAR, e com renúncias, próprias de sua índole, Vassílio Boiko servia sacerdotalmente a sua região.

Com seu carroção, agora com quatro parselhas de animais, leva produtos primários até os grandes centros e de lá trazia os produtos industrializados que os colonos tanto necessitavam.

E, desse vai e vem, desse comércio de trocas, surgiu a necessidade de um transporte de grande porte.

Vassílio Boiko foi contratado e assim estava inaugurando o transporte "pesado" inter-regional.

Seu valoroso carroção transportava, pela vez primeira, a maquinaria que, em Campo Mourão, seria o início do progresso que hoje vivemos. Vassílio Boiko, levava as primeiras peças para a indústria madeireira.

E não parou aí, o seu espírito de progresso; Vassílio continuou, servindo-se de sua carroça, a negociar no interior do sertão, até então em desbravamento.

Foi aí que comprou um caminhão Ford 1946, o primeiro veículo motorizado da região; seguindo com esta viatura a sua

caminhada no auxílio do desbravamento e do progresso daquela região, superando as dificuldades de após-guerra, somadas à inexistência de rodovias para prática normal de tráfego.

Em 1951, instalou um armazém na localidade denominada Macacos, Município de Roncador (hoje cortado pela Rodovia que desejamos denominar no projeto proposto), porém continuou com seu espírito aventureiro e desbravador. Enquanto sua família tomava conta do armazém, Vassílio continuava com seu negócio ambulante, levando ao interior da região os produtos necessários à sobrevivência dos desbravadores da época.

Devido sua dedicação seus negócios prosperavam e o espírito de transporte corria em suas veias. Daí então, que em 1952, com seu irmão Nicolau, iniciou o primeiro sistema de transporte coletivo da região: O EXPRESSO OESTE, constituído por duas jardineiras FORD, com capacidade de 12 passageiros cada.

Vendo crescer sua humilde empresa, mudou-se para Campo Mourao, de onde sairia vitorioso no sistema de transporte de passageiros. Iniciando então com linhas regulares nas imediações Pitanga - Campo Mourão, para mais tarde consolidar uma linha direta entre as duas cidades, que pelas dificuldades da época levava até 3 dias para se fazer o trajeto.

Em 1958, já com cinco ônibus, inaugurou Pitanga - Guarapuava. Logo após, em 1960, concessionou a linha Goioerê-Cascavel, somando agora, oito ônibus.

Daí então, sua empresa jamais parou de crescer. Mudando a razão social para EXPRESSO NORDESTE LTDA., vindo então a se transformar na empresa "cartão de visita" da região Centro-Oeste do Paraná, sendo esta empresa uma das razões mais fortes que justificaram a pavimentação da estrada que ora pretendemos dar nomenclatura própria.

O espírito pioneiro do homenageado permanece vivo e exemplar da vida de todos os outros homens dignos e honrados que adentraram a profícua gestão, hoje cortada pela estrada cujo trecho desejamos denominar RODOVIA VASSÍLIO BOIKO.

Tal objetivo não tem apenas o intuito de homenagear isoladamente uma pessoa, mas sim, partindo do exemplo desse pioneiro, que junto com tantos outros construíram nossa região, mostrar aos que vivem, hoje, e aos pósteros, que SÓ O TRABALHO CONSTRÓI.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna para apresentar um projeto de lei que está consubstanciado no seguinte. (Lê):

PROJETO DE LEI N.º 061/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar junto aos Postos de Saúde do Estado, mantidos pela Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, creches destinadas ao atendimento de filhos menores de mães que trabalhem ou desempenhem funções fora do lar.

Art. 2.º — O atendimento do disposto no artigo primeiro será formalizado através de regulamentação própria, a ser baixada pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, noventa (90) dias após a publicação desta lei.

Art. 3.º — As despesas constantes para a execução da presente lei correrão à conta de dotações a serem destinadas no Orçamento Geral do Estado para os próximos exercícios finan-

ceiros.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

A justificativa diz que o Art. 135 da Constituição estabelece (Lê):

"O Estado assegurará, no âmbito de sua competência, proteção e assistência à família, e especialmente à maternidade e à infância e à adolescência e educação ao excepcional"

É, em atendimento a este preceito constitucional, que estamos propondo através deste plano de lei, medida autorizatória do Poder Executivo para a criação e instalação de creches visando o atendimento à infância do nosso Estado, nas situações em que a mãe necessite trabalhar fora do lar.

De alcance social dos mais elevados, a proposição tem por finalidade dotar o Paraná de uma estrutura de proteção ao menor das mais extensas, e amparando a família quando a mãe necessite trabalhar fora.

Esta justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em síntese, diz da intenção deste Deputado propondo este projeto.

É claro que com as dificuldades que o assalariado enfrenta para manter despesa e receita, às vezes, com a receita insuficiente para enfrentar as despesas, necessário é, às vezes, imprescindível que a mulher também participe trabalhando.

É claro que se a mulher tiver que trabalhar e tiver que contratar uma babá, uma pajem para cuidar do seu menor, o que ela ganhar no seu serviço será absorvido no pagamento a essa pessoa que cuidará de sua criança.

Em função disso, o nosso objetivo é dar condições para que ela auxilie, dando mais condições para que a família possa ter mais abundância na mesa, tendo onde deixar a criança, razão pela qual consideramos que este projeto é de elevado alcance social. O Estado construindo as creches, das quais as mães precisam para deixar suas crianças, dará condições para que elas possam trabalhar colaborando numa situação, às vezes, de angústia e de aflição, para que o salário do marido possa ser somado ao dela e dar condições mais dignas aos seus familiares para poderem sobreviver.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre acreditamos e prezamos o senso de coerência do jovem. Acima de tudo, o jovem tem sede de justiça, de verdade.

É por isso que louvamos as agremiações estudantis, é por isso que afirmamos, num País cuja maioria é composta por habitantes com idade inferior a 20 anos, é que valorizamos e reconhecemos o papel predominantemente social, econômico e político desempenhado pelo jovem do Brasil neste País, que é sociologicamente considerado um país de população jovem.

Srs. Deputados, é por isso que entendemos a manifestação desse sentimento de coerência e tendo recebido correspondência originária da Presidência da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, a propósito da participação deles em termos de Conselho Estadual de Educação, acreditamos que o jovem que participa, que representa, deve ter também o seu lugar como representante discente que é naquele órgão consultivo do Estado.

Entretanto, o que nos leva aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ler apenas uma manifestação espontânea, coerente, que brota do espírito jovem, sedento de verdade, que não aceita meias-palavras e que não aceita deformações de quem quer que seja.

E é porque respeitamos esta colocação, que marcam a fibra, o caráter e a ténpora do jovem de nossa terra, que passo a ler, neste instante, uma resposta a um pronunciamento proferido pelo Deputado aqui presente, Luiz Gabriel Sampaio.

A carta nos diz o seguinte. (Lê):

"Curitiba, 20 de maio de 1983.

Ilmo. Sr.

TADEU BENTO FRANÇA

MD. Deputado Estadual

Curitiba-Pr.

Prezado Senhor.

Diante do pronunciamento proferido pelo Deputado Luiz Gabriel Sampaio, na tribuna da Assembléia Legislativa, no último dia 17 de maio do ano em curso, a UPES — União Paranaense de Estudantes de Primeiro e Segundo Grau, declara o seguinte:

Primeiro. Causou-nos surpresa as declarações do Deputado. Durante dezoito anos no poder nada fez, para que nossa entidade fosse pelo menos reconhecida. Por outro lado, observamos na intenção do Deputado pedessista, a clara manobra de querer jogar a entidade contra o Governo do Estado que apenas iniciou.

Segundo. A UPES tomou conhecimento da posição do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, apenas pelos jornais. Nunca qualquer membro da diretoria da entidade fez qualquer declaração ao referido Deputado. O que foi dito, refere-se a assuntos de interesses da UPES, muito embora não tenha ao menos comunicado que faria um pronunciamento sobre o assunto.

Terceiro. Constatamos algumas mudanças no novo Governo que assumiu os destinos do Paraná no último dia 15 de março do ano em curso. Estamos tendo maior acesso às repartições e tratados com respeito, o que nos governos anteriores nem isso tínhamos. Os estudantes não estão descontentes com o Governo Richa, como afirmara o Deputado Sampaio, pelo menos por enquanto.

Reiteramos que a classe estudantil do Paraná não abre mão de participar do Conselho Estadual de Educação. Entretanto, gerenciaremos junto às autoridades competentes, sempre buscando o diálogo, no nosso entendimento, o caminho natural para os verdadeiros entendimentos. Jamais procuraremos meios de chantagem ou de maquinação. A UPES é uma entidade séria, de tradição, de lutas em favor do estudantado paranaense e como tal, nada faremos para desmerecer as tradições de nossa entidade.

Quarto. Por outro lado, e aí é que nos causou surpresa maior, o pronunciamento do ilustre Parlamentar, é aspiração da classe estudantil secundarista de todo o Brasil pertencer ao Conselho de Educação Nacional. Essa aspiração, muito embora pare nos corações de todo o estudantado brasileiro, nunca, pelo menos foi nos permitido chegar ao gabinete da Ministra da Educação, que tem a sustentação política do PDS. Solicitamos do Deputado do PDS, que gestione junto às autoridades de Brasília, para que a grande vontade dos estudantes da Nação seja atendida, aí sim, o nobre Parlamentar terá o nosso endosso.

Quinto. Feitas estas considerações, requeremos ao ilustre Deputado Tadeu Bento França, que verdadeiramente é comprometido com os anseios maiores dos estudantes do Paraná, que faça chegar a público a nossa posição.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos nossos protestos de estima e elevada consideração.

Saudações estudantis

(a) VALMOR STÉDILER

Presidente — UPES".

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta, mas comunica que seu tempo já está esgotado.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno

Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com relação ao assunto abordado coincidentemente pelo orador que me antecedeu, deixarei para amanhã uma resposta mais precisa, verificando, após a sessão de hoje, as notas taquigráficas, porque cheguei um pouco atrasado.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de abordar, ou pelo menos iniciar, uma vez que o Grande Expediente desta tarde está preenchido, um assunto que nos parece da maior importância.

Convivi nesta Assembléia, durante muitos anos, com vários Deputados, entre os quais alguns reeleitos do PMDB, e fui testemunha ocular das manifestações feitas contra o que na ocasião se chama "Comando Político", contra a ingerência do partido político na educação paranaense e outros assuntos afins.

Todos estes discursos, todos estes protestos, com a maior veemência, com o maior calor, com grandes presenças de pessoas do magistério, estudantes do Paraná, nesta Casa. Mas, qual não é a nossa surpresa, Srs. Deputados, neste assunto que levaremos posteriormente não só à Comissão de Educação, nesta Casa, mas a todos os demais Deputados Estaduais.

Já estamos preparando um requerimento, onde iremos convocar a prestar declarações nesta Assembléia, a Sra. Secretária da Educação do Estado do Paraná, isto porque estivemos no interior do Paraná, em nossa região, e verificamos que realmente as coisas mudaram; a democracia participativa do PMDB, a democracia transparente realmente tem mudado as coisas; em lugar do comando político de outrora, tão castigado, tão debatido, de origem até difícil de ser explicada, porque o Deputado mais votado no município teria pelo menos o direito de orientar politicamente aquele município, fazendo algumas indicações, eu, particularmente, nunca usei indicação alguma pessoal a nível de educação, de escolas, ou de Chefe de Polícia, Delegados de Polícia e coisas que o valham, outros Deputados usaram deste expediente, mas acontece agora, que a educação não está mais com a ingerência do partido político, ela está agora determinada pelo partido político, em lugar de comando político, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PMDB é que está presidindo as eleições para a escolha das novas Inspetoras Auxiliares de Ensino.

Isto ocorreu em Mandaguari, onde o Diretório do PMDB, através do seu Presidente, é que estabeleceu as normas, que criou critérios, que presidiu e disse quem votava e quem não votava na eleição da escolha de Inspetora Auxiliar de Ensino.

Foz do Iguaçu, parece que ocorreu o mesmo, e deverá ocorrer nos demais municípios.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é mais o comando político, não é mais o Deputado mais votado que vai fazer a indicação, é o partido político, é o partido da democracia transparente, o PMDB é que vai presidir as eleições para Diretores e para Inspetores de Ensino.

Então lamento profundamente, Sr. Presidente, que aqueles homens que combateram no passado, que disseram ao Magistério do Paraná, em praça pública, em campanha política, que fariam prevalecer a lista tríplice, quando a lista tríplice, na verdade, será uma fraude, um engodo, porque em lugar do mais votado que seria uma forma democrática — discutível mas democrática — de se escolher um Diretor ou um Inspetor, o será, pelos três mais votados, podendo, depois desta eleição que será uma farsa, porque o mais votado não terá a precedência sobre os demais, ser escolhido qualquer um dos três, naturalmente por ingerência direta do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Vou ler aqui, agora, um abaixo-assinado encaminhado por professores de Mandaguari, a uma entidade de Mandaguari mesmo. (Lê): (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão

de Taquigrafia) — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos até esta tribuna no dia de hoje, para dizer do nosso descontentamento e da nossa lamentação para com a nossa cidade de Curitiba.

Lembro-me que até há pouco, Curitiba era tida como "Cidade Modelo do Brasil", como a cidade de experiências para todas as outras cidades do Brasil e da América Latina. Mas hoje, lamentavelmente, isto já não mais acontece; hoje Curitiba está invadida. Invasa e tomada pelos vendedores ambulantes, os chamados camelôs.

Quero, antes de continuar essa explanação, dizer o que aconteceu hoje pela manhã, citar a nova modalidade de venda, venda de mapas do Brasil, da África, de diferentes continentes, na cidade, só que lamentavelmente está chovendo em Curitiba como em todo o Paraná, e talvez no Brasil, e esses vendedores ambulantes ocupam a calçada exatamente embaixo das marquizes, onde talvez o pedestre poderia, numa tentativa, andar se escondendo das chuvas.

Mas nem isso mais o pedestre de Curitiba tem condições de fazer, e quero dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no final do ano de 1982, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, através de uma comissão composta por alguns vereadores do PDS e do PMDB, estava fazendo um estudo para o aproveitamento e a relocação desses vendedores ambulantes, porque na realidade não somos contra o vendedor ambulante, porque ele também precisa sobreviver, principalmente na crise em que se encontra a nossa cidade e o nosso País, que é muito difícil de sobreviver, mas não sabemos porque aquela comissão foi desfeita e o estudo está talvez parado num dos descaminhos do IPPUC.

O que queremos fazer aqui, é um alerta ao Sr. Presidente do IPPUC, para que dê continuidade àquela comissão de estudos, para que dê condições para que esses vendedores ambulantes, apesar de estarem fazendo uma concorrência desonesta para com os comerciantes estabelecidos, que têm suas lojas, que pagam seus impostos, mesmo assim entendemos que quando relocados, talvez deixem a nossa cidade um pouco mais bela do que é hoje e dêem condições para que nossos pedestres, para que o curitibano e todos os visitantes de nossa cidade, tenham o direito de ir e vir, que é um dos direitos constitucionais.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar para colocar os Srs. Deputados e esta Casa a par do que aconteceu neste final de semana, no Município de Pinhão.

Devido a alta intensidade das chuvas que lá bateram, 18 pontes foram destruídas e o Município de Pinhão está completamente isolado do restante dos municípios do Estado do Paraná...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos)

A Presidência lamenta, mas seu tempo está esgotado. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro, quarto orador inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Submeto à apreciação desta Casa, projeto de lei que institui o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Nos últimos anos, como praxe governamental, durante o mês de janeiro ou a partir dele, o Governo do Estado concedeu

o reajuste aos funcionários públicos paranaenses e em meados do mesmo ano, concedeu sempre uma antecipação salarial por conta dos índices do mês de janeiro.

Mais do que nunca, creio que agora é na verdade impossível de se postergar a concessão do reajuste semestral aos nossos funcionários públicos. A nossa competência é quanto ao Paraná, mas a medida é plenamente justificável para os funcionários da União e dos municípios paranaenses.

Ainda há pouco, o BNH determinou os reajustes do Sistema Financeiro da Habitação a partir de julho, mínimo de 98 por cento, com complementação que pode ser escalonada nos seis meses subsequentes.

Enquanto o assalariado da iniciativa privada faz jus a dois reajustes anuais, os servidores públicos brasileiros lamentavelmente têm só um reajuste, que nem sempre alcança os índices da inflação, que está determinando uma elevação do custo de vida, que já não permite mais quase que alternativa àqueles que dependem hoje do seu emprego na União, no Estado ou nos Municípios.

Assim, creio que esta é uma situação, é uma questão que se coloca acima dos partidos políticos, porque é uma questão social, que deve ser tratada com humanidade, com espírito de justiça, com o caráter de retribuir o trabalho daqueles que se empenham para ajudar a máquina governamental.

E com esta proposta de lei que estamos encaminhando à Mesa, no corpo do projeto se constata que o aumento, que o reajuste semestral será concedido a partir do primeiro dia do mês de janeiro e a partir do primeiro dia do mês de julho, cumulativamente, para que se tente fazer uma reposição salarial dos servidores públicos do Paraná.

Como não penso que o ideal seja estabelecer num projeto de lei desta natureza índices percentuais para esses reajustes, estabeleço como regra que os índices de cada reajuste semestral serão fixados em lei própria, não podendo ser inferiores às taxas de inflação acumulada no semestre anterior.

É esta, basicamente, a proposta que submeto à apreciação dos Parlamentares, do meu partido e aos do Governo, na esperança de ver esta matéria tratada com isenção e com espírito de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fuad Nacli

O SR. FUAD NACLI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero fazer apenas um rápido relato de que na última sexta-feira estivemos na cidade de Paranaguá, ao lado de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, do Sr. Hans Zippel, representante do Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, e do Sr. Presidente do IBC, Otávio Rainho, nas comemorações do cinquentenário do Centro do Comércio de Café, em Paranaguá.

Lá estiveram inclusive alguns outros Deputados, como o nosso ilustre companheiro ex-Vereador de Curitiba e hoje Deputado que honra esta Casa, Adail Sprenger Passos, o Secretário da Agricultura, além de outras inúmeras autoridades do Paraná. Usou da palavra, naquela oportunidade, um dos Diretores da Banestado Reflorestadora, Antônio José Lobo, que falou em nome da Diretoria, presidida pelo Sr. João Bassanese.

E nós aproveitamos a oportunidade para enviar os nossos

cumprimentos àquele Centro de Café e aguardando a aprovação deste requerimento que apresentamos à Mesa.

Na ocasião, devo ressaltar que o Sr. Governador foi calorosamente recebido na cidade de Paranaguá, com muito carinho e, mais uma vez, ficou demonstrada a popularidade do Sr. Governador do Estado no litoral do Estado paranaense.

Mas, o que me traz à tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, é para lembrar aos Srs. Deputados desta Casa, que já há alguns anos tem havido uma luta por parte deste Deputado, no sentido de se acabar com o derrame de "carteiras frias" que tomou conta do Paraná, nos últimos 12 anos, e principalmente nos anos de eleições.

Em 1980, solicitamos nesta Casa uma CPI para apurar as irregularidades acontecidas no DETRAN do Paraná. Mas, não sei porque, naquela oportunidade, a ARENA e depois PDS, em cada reunião que deveria ocorrer por parte daquela CPI, os membros do então partido do Governo e majoritário nesta Casa, acabavam renunciando quando da ouvida de alguma autoridade convocada para prestar depoimento àquela CPI.

Assim tivemos convocado o primeiro, o Dr. Otávio César Valejo, no meu entendimento a autoridade mais competente hoje, no que tange às leis de trânsito aqui em nosso Estado, e porque não dizer, uma das autoridades mais competentes do Brasil.

Aqui estive para prestar seu depoimento e naquele dia os Deputados que faziam parte da Comissão e que pertenciam à ARENA, renunciaram todos.

Houve novas indicações e na segunda oportunidade que tínhamos para ouvir o Dr. Otávio César Valejo, entre outros nomes arrolados, porque havia a pretensão daquela Comissão de ouvir os ex-diretores do DETRAN, de ouvir os desonestos diretores de CIRETRANs do Estado do Paraná e houve novamente a renúncia.

Mas hoje, não sei se é preciso mostrar mais algum documento do que já mostramos em oportunidade anterior. Trago um apanhado fornecido pelo próprio DETRAN, pelo computador do DETRAN, que até bem poucos dias era manobrado pelo Sr. Rogério Mendes, filho do primeiro suplente de Deputado Federal do PDS e que conseguiu, através dos terminais de computação, implantar ainda mais no nosso DETRAN, o que se pode chamar de "sem-vergonhice deslavada" e "cara-de-pau" que lixa nenhuma pode solucionar as velas que tem.

Estou trazendo aqui meu caro Presidente, Srs. Deputados, um apanhado de CIRETRAN por CIRETRAN, como já tivemos o ensejo de fazer em oportunidades anteriores, e hoje temos, no Estado do Paraná, setenta e quatro CIRETRANs e por incrível que pareça, há uma dificuldade muito grande ao se manusear este levantamento feito pelos terminais da CELEPAR implantado lá no DETRAN e encontrar um Município que não tenha a corrupção como tônica, principalmente à época das eleições.

Marcamos alguns para tentar aqui nesta Casa ver se podemos conversar mais uma vez em termos de moralização, em termos de solução para essas "carteiras de motorista" que são dadas de presente na época de eleição para pessoas que não têm a mínima capacidade para assumir a direção de um veículo, transformando portanto cada veículo numa autêntica metralhadora na mão do incompetente que ganhou uma carteira do seu Deputado escolhido, do seu candidato a Prefeito ou até do seu Vereador. Ficaria imensamente grato aos companheiros que se fazem presentes nesta Casa, que denunciassem inclusive algum companheiro do meu Partido se é que participou dessas bandalheiras que acompanhamos no interior do Estado do Paraná.

Vamos dar alguns exemplos.

Em Curitiba, para cada mil habitantes, existem 51 carteiras de Motorista. Em Paranaguá, tivemos um acréscimo em 1982, de 133 por cento na expedição de carteira nacional de

habilitação, numa relação de 51 carteiras para cem veículos.

Em Guarapuava, o índice foi menor — já que em Paranaguá 133 por cento foi o aumento na expedição de carteiras. Em Guarapuava, tivemos um aumento de 69 por cento. Mas assim mesmo tivemos 51 carteiras para cada cem veículos. No Município de Cascavel, um acréscimo de 57 por cento. Gostaria, não sei qual o Deputado da nossa bancada que faz política em Cruzeiro do Oeste e também não sei, gostaria de conhecer o companheiro do PDS que faz política lá, porque houve um acréscimo de 207 por cento na expedição de carteira nacional de habilitação em 1982, 280 carteiras para mil habitantes; 377 carteiras para cem veículos.

É verdade, meu caro Líder Nilso Sguarezi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 377 carteiras para cem veículos em Cruzeiro do Oeste. Lá todo mundo guia, parece-me que até o cachorro do patrão tirou carteira em 1982, principalmente nos meses de outubro e novembro do ano passado, às vésperas das eleições.

Em Porecatu, tivemos mais uma vergonhosa corrupção com carteira de motorista. 151 por cento na expedição de carteiras em 1982. São 56 carteiras para cada mil habitantes, 90 para cada cem veículos. Lá o pessoal também é "chegadinho", Deputado Fuad Nacli, no volante.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Em seguida, com o maior prazer.

Em Telêmaco Borba, tivemos um aumento de 83 por cento na expedição de carteiras. Em Ibaiti, 82 por cento. 103 carteiras para mil habitantes, 238 para cem veículos. É verdade. O pessoal de Ibaiti também é "chegadinho" no volante e no índice de muito acidente.

Em Rio Negro, meu caro Deputado Airton Cordeiro, 138 por cento foi o aumento na expedição de carteiras, em 1982, 88 para cem veículos. 138 por cento foi o aumento, em relação a 1981, sem falar nos anos anteriores.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Em seguida, Deputado, com o maior prazer.

Em Ivaiporã, tivemos um acréscimo de 114 por cento na expedição de carteiras, 75 para cem veículos.

E eu apenas quero lembrar que outros municípios apresentam também, como é o caso de Rolândia, companheiro Fiori Luiz, um aumento que nem o computador consegue justificar, 338 por cento na expedição de carteiras em 1982. 338 por cento a mais com relação a 1981, 61 carteiras para cem veículos.

Em Santo Antônio da Platina, segundo o terminal, não pode ser considerado, porque a CIRETRAN foi implantada em agosto de 81, então houve um aumento fabuloso, em 1981 e 1982.

Não se pode ser levado em consideração - segundo terminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública - Grupo de Planejamento Setorial.

Em Paranavaí, Deputado Eduardo Baggio, um acréscimo de 152 por cento na expedição de carteiras, 127 para cem veículos, pessoal da região que também gosta muito de um volante, meu caro Deputado.

Em Foz do Iguaçu, tivemos 71 por cento de aumento.

Em Nova Esperança, 67 por cento.

Em Assaí, 180 por cento, 53 carteiras hoje para cem veículos, mas o aumento em 1981 de 180 por cento.

Em Umuarama, 75 por cento.

Em Irati, 78 por cento — índice também muito alto.

Em Bandeirantes, um acréscimo de 81 por cento — 51 carteiras para cem veículos.

Em Jandaia do Sul, um acréscimo de 229 por cento na expedição de carteiras, em 1982 - 106 para cada cem veículos, gente chegada também num banco de automóvel.

Em Iporã, também uma CIRETRAN instalada em julho/81 -- 153 carteiras para cem veículos.

Em Rio Branco do Sul, 111 carteiras para cem veículos.

Em Barbosa Ferraz, 106 carteiras para cem veículos.

Antes de ceder os apartes aos Deputados que solicitaram, queria apenas fazer mais algumas observações:

Em Paranaguá, em 1981, foram expedidas 1.709 carteiras de setembro a outubro, mais de 60 por cento dos números que vou fornecer agora, porque tivemos em 1982 - 3990 carteiras na CIRETRAN de Paranaguá.

Em Guarapuava, foi um aumento até que pequeno, mais 6.370 carteiras em 1981, para 8.751 em 1982, quase 2.500 carteiras a mais e por incrível que pareça, no período compreendido entre setembro e novembro, às vezes até dezembro, porque o pessoal tinha um pouco de vergonha de pegar antes do dia 15 de novembro e deixava para pegar a carteira no começo de dezembro.

Em Cascavel, de 6.428 carteiras em 1981, 10.070, quase quatro mil a mais em 1982.

Em Cruzeiro do Oeste, 6.364 carteiras em 1981; 19.539 em 1982.

Em Nova Esperança, 2567 em 1981; para 4.298 em 1982.

Em Assaí, 1.100 em 1981 para 3.090 em 1982.

Em Umuarama, 7.800 em 1981 para 13.800 em 1982.

Bandeirantes, 1.716 em 1981 para 3.098 em 1982.

Em Porecatu, 1.535 em 1981 para 3.859 em 1982.

É sempre bom lembrar, a maioria das carteiras expedidas, entre os meses de setembro e novembro, de 1982.

Ibaiti também é uma cidade onde se gosta muito de dirigir. De 5.670 carteiras em 1981, para 10.312 em 1982.

Ubiratã, mais de mil carteiras, com relação ao ano anterior. Ivaiporã, mais que o dobro, de 4.068 para 8.688 em 1982.

Cambará, de 2.820 em 1981 para 4.340 em 1982.

Jandaia do Sul, 3.000 em 1981, para 9.890 em 1982.

Teríamos alguns outros municípios com índices menores. Mas temos observado, freqüentemente nesta Casa, e que as vezes ocorre o contrário, de que nossa bancada tem levantado assuntos que não interessam à população do Paraná.

Há dias atrás tive oportunidade de ocupar esta tribuna e vamos fazer futuramente um pedido para a formação de uma comissão que estude a reforma da Constituição do Paraná, e fomos apanhados pela maioria dos companheiros do PDS que aqui estavam, como o Deputado Tércio Albuquerque, como o Deputado Odeni Mongruel que inclusive falou em nome de sua liderança, mas temos ouvido, não freqüentemente, Deputados dizerem que não nos ocupamos daquilo que interessa à população do Paraná, e eu pergunto: a carteira dada à época de eleição, nas mãos de um incompetente, carteira comprada às vésperas de uma eleição, comprada por um incompetente que não tem capacidade para se habilitar junto à sua CIRETRAN, será que não é um assunto sério e que deve ser tratado com o máximo vigor e com o máximo carinho, trazido a esta Casa de Leis?

Temos acompanhado o índice de acidentes em Curitiba e nas raras vezes que ouvimos os homens que fazem o noticiário policial, que escrevem o noticiário policial e em Curitiba os mais conhecidos são justamente aqueles que pertencem ao partido outrora majoritário, e hoje minoritário nesta Casa, como os Vereadores Algacy Túlio e como o ex-Vereador e ex-Deputado José Domingos, que fazem diariamente no seu rádio, denúncias que a maioria dos acidentes que ocorrem em Curitiba, ocorrem pela incapacidade de quem está no volante. É criança atropelada em frente a escolas, é trombada nas ruas da cidade, e vai se descobrir, a carteira foi dada na época de eleição.

Parece-me um assunto bastante sério, e por isso quero propor nesta Casa, que voltemos a falar da Comissão Parlamentar de Inquérito para punir, não importa de que partido seja, não importa de qual patente seja, meu caro Deputado Luiz

Alberto, não importa a patente do ex-Diretor do DETRAN, Coronel Osvaldo Cruz, conivente com a corrupção que se espalhou no Estado do Paraná, do filho do suplente de Deputado Federal Vesperto Mendes, Rogério Mendes, que implantou terminais de corrupção no DETRAN.

Precisamos acabar com esse tipo de corrupção, para a segurança dos nossos filhos, essa é a grande realidade. Dos filhos que vão às escolas e que correm perigo na frente das mesmas, e de tantos outros pais que aqui se encontram.

Por isso, quero propor nesta Casa que se volte a falar no assunto da CPI para apurar irregularidades no DETRAN. Não é coisa recente, há mais de 12 anos os mesmos problemas se alastrando, mas coincidentemente a cada quatro anos, o problema se agrava um pouco mais.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, quando se referiu a Porecatu, fez questão de citar o meu nome. Fico satisfeito ao ver que Vossa Excelência sabe ainda que eu represento um município nesta Casa de Leis.

Se houve corrupção, se houve qualquer falcatura ou houve qualquer coisa com referência a carteiras de motoristas expedidas não só em Porecatu, mas também em outros municípios, gostaria de hoje, o atual Diretor do DETRAN, Dr. Mário Stamm, ex-Deputado Federal nosso companheiro e particular amigo, mas politicamente está de um lado e nós estamos de outro, que traga a público os responsáveis, os mandantes e aqueles que encaminhavam os pedidos para expedição de carteiras de motoristas.

Vossa Excelência quando se refere a Porecatu, esquece que a CIRETRAN de Porecatu não é só do Município de Porecatu. Vossa Excelência deveria citar que a CIRETRAN de Porecatu pertence a 11 municípios. Não é só 80 carros que tem nos 11 municípios. Devemos ser corretos nas nossas explicações e também na forma que conduzimos as denúncias desta tribuna.

Aceito que possa haver influências de alguns políticos até do meu partido. Mas, se houver influência, seja de quem for, não darei cobertura a nenhuma corrupção, principalmente a um homem que conduz um veículo e que senta, como Vossa Excelência diz, num carro, para tirar vidas de crianças que vão à escola.

Eu que estou nesta Casa pelo quinto mandato, nunca usei a CIRETRAN, nunca usei a Secretaria de Educação para fazer política ou politicagem.

A forma como Vossa Excelência se expôs, nobre Deputado, parece que no Paraná todo houve corrupção na CIRETRAN, em todos os municípios, Vossa Excelência citou até Paranavá.

Lembro-me como se fosse hoje, eu estava em Maringá, e me parece que o rapaz responsável pela CIRETRAN de Paranavá teve um acidente de avião, com uma mala cheia de carteira de motorista, frias.

Não podemos generalizar, temos homens bons, não só na polícia, como os homens que estão na CIRETRAN.

Mas tem que ver Vossa Excelência que um homem responsável, recebeu uma gratificação de sete mil cruzeiros, para assumir uma CIRETRAN.

Quero deixar aqui, naquilo que estiver errado, naquilo em que alguém cometeu um crime, o meu apoio, para que estes homens sejam colocados no fundo da cadeia, que venham para a Penitenciária, e libertem muitos inocentes que foram colocados e que a patrulha que Vossa Excelência traz, pregando o patrulhamento, não só rodoviário, mas também das carteiras de motoristas que seja patrulhado por aqueles homens que foram postos na rua, que os admitam novamente, que devolvam o pão a seus filhos, para que não haja injustiças, injustiças criminosas, porque eles votaram no PDS.

Era o aparte que tinha que dar a Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Devo apenas dizer ao nobre Deputado, que quando me referi ao seu nome com relação à CIRETRAN de Porecatu, falamos na realidade com relação a CIRETRAN de Porecatu, que compreende os Municípios de Porecatu, Cafeara, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci e Lupionópolis.

Mas a corrupção está na CIRETRAN, está na sede da CIRETRAN. agora não tivemos intenção, também, quando falamos no nome do Deputado Fiori Luiz, do Deputado Eduardo Baggio, de dizer que os Deputados estão comprometidos.

Apenas para lembrar aos Deputados mais atuantes, porque não, em cada região, e reconheço em Vossa Excelência uma brilhante atuação até em Porecatu e na região, para que ajudem esta Casa a afastar os corruptos que pnatarem a corrupção e colheram seus frutos, principalmente nos anos de 1978 e 1982, mais precisamente na época de setembro a novembro do ano próximo passado.

Quero conceder aparte ao Sr. Deputado Fiori Luiz, antes porém, concedo-o ao Sr. Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio — Caro colega, apenas para endossar suas palavras, a respeito das carteiras de motoristas sobre Paranavaí.

Há bem pouco tempo, Paranavaí era de fato “a capital das carteiras frias”, porque além das carteiras que expedia para Paranavaí, ela também exportava para São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e Rondônia, e se formos em Rondonia e no Acre, e veremos dezenas e dezenas de carteiras expedidas aqui, por Paranavaí.

O SR. PRESIDENTE — Apenas para lembrar ao orador que está na tribuna, que seu tempo está esgotado. Conceda-lhe no entanto, no Horário da Liderança, cinco minutos.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Deputado Baggio, está terminado o aparte de Vossa Excelência?

O Sr. Eduardo Baggio — Obrigado, apenas colaborei com Vossa Excelência, e que as carteiras eram também exportadas para fora do município e da região a que pertence Paranavaí, como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia e adjacências. Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Lamentavelmente, tomamos conhecimento no ano passado, de que os Guardas Rodoviários, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Polícia Rodoviária Estadual, quando vai fazer alguma averiguação, em automóveis e caminhões que circulam por este imenso Brasil, e encontram uma carteira de motorista do Paraná, ficam arrepiados, porque segundo essas informações, o derrame, no Paraná, como disse o Deputado Eduardo Baggio, é realmente de fama nacional.

Gostaria de conceder o aparte ao eminente Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Nestor Baptista.

Vossa Excelência deve ter lembrança de que quando foi levantado aqui o problema das carteiras de motoristas obtidas não pela via normal, a imprensa do Paraná publicou uma declaração nossa apoiando a iniciativa de Vossa Excelência. E nós considerávamos tão grave a emissão de uma carteira de habilitação, sem que o beneficiário estivesse habilitado para dirigir e que entendíamos como perfeitamente normal a iniciativa de Vossa Excelência.

Vossa Excelência citou nominalmente quando se refere ao Município de Rio Negro, ou à CIRETRAN de Rio Negro, e como o Deputado Fuad Nacli, me permito informar a Vossa Excelência que essa CIRETRAN tem jurisdição muito ampla no sul do Estado do Paraná.

Mas, gostaria de dizer mais ainda, que Vossa Excelência, ao que tudo indica, não considera o número de veículos novos

que entram em circulação nesses municípios, não considera mais de setembro a novembro.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Até o dia 15, de preferência.

O Sr. Airton Cordeiro — O período que Vossa Excelência quiser.

Aliás, devo informá-lo que não vejo crime algum na expedição de carteira de motorista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — De preferência dada por um político.

O Sr. Airton Cordeiro — Não. Vou além, Deputado Nestor Baptista, e lanço um repto a Vossa Excelência, de me trazer uma única pessoa, uma única, que tenha recebido deste Deputado um miserável cartão de apresentação para alguma CIRETRAN.

É o repto que lanço a Vossa Excelência. Então, não é o político. O que importa é que a carteira seja obtida pelas vias legais. E vou mais além, se Vossa Excelência tem conhecimento de que houve fraude na expedição de carteiras de motorista, quando Vossa Excelência, além de nos trazer as provas, solicite, e vai ter o nosso endosso, creio da Bancada inteira do PDS...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Mas não tive em...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência vai ter o endosso para que todas essas carteiras sejam cassadas.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Mas não tive há dois anos atrás.

O Sr. Airton Cordeiro — Agora, qual é o crime — pergunto a Vossa Excelência, de alguém procurar uma CIRETRAN que é um órgão com essa finalidade, e buscar sua carteira de motorista?

Não vejo crime, sinceramente, Vejo crime, sim, na fraude, no desvirtuamento. E quanto a isso, Vossa Excelência conte irrestritamente com meu apoio.

Não vejo, sinceramente, porque Vossa Excelência trazer este relatório, que seria de muito proveito para a Casa que Vossa Excelência distribuiu a cada um dos Deputados uma cópia, para que se faça um estudo mais profundo e inclusive para que se ajude Vossa Excelência nessa sua missão.

Quero lembrar, para concluir, que recentemente o ex-Parlamentar arenista, Sr. Mário Stamm, que hoje é Diretor do DETRAN, sustou a emissão de carteiras de habilitação no Paraná inteiro. Confesso que até tinha uma esperança que ele pudesse trazer à tona, denúncias comprometedoras, cassações legítimas, corretas, de carteiras emitidas fraudulentamente. Mas não vi nada, não ouvi nada, não tomei conhecimento de nada.

Por isso, as denúncias continuam sendo vazias, lamentavelmente. Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Deputado. Eu apenas...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede mais três minutos ao Deputado, na tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Apenas para encerrar, lamento profundamente, Deputado Airton Cordeiro, que o seu entendimento seja de que as denúncias compiladas pelos computadores implantados...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência traz números, e não traz denúncias; traz números.

Deputado Nestor Baptista, vou lhe fazer uma pergunta, me permita.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Não permito porque tenho apenas três minutos.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência é um grande democrata, me permita.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Apenas, como grande democrata que sou, e agradeço, quero dizer a Vossa Excelência que vou reiterar o que disse no início do meu pronunciamento, a CPI não funcionou nesta Casa com pessoas convidadas para aqui fazer o seu depoimento, porque o seu partido não permitiu; porque o seu Partido, nas vezes em que a Comissão

deveria se reunir tinha os seus membros renunciando à Comissão justamente no dia da ouvida até de autoridades do Poder Judiciário, que foram convocadas para aqui prestarem seu depoimento.

E fico muito feliz quando vejo que, agora, há o objetivo de Vossa Excelência, e espero que de toda a sua bancada...
O Sr. Airton Cordeiro — É a mesma posição de antes.

O SR. NESTOR BAPTISTA — ... para que possamos chegar à punição desses irresponsáveis, desses criminosos, porque os números, na época eleitoral — e eu vou trazer a Vossa Excelência, nomes de pessoas que já tiveram carteiras cassadas...
O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. NESTOR BAPTISTA — Não tenho mais tempo e lamento profundamente.

Estão sendo feitos levantamentos no Paraná inteiro, como este nunca tinha sido feito anteriormente, porque tenho pouco tempo, devo dizer a Vossa Excelência que foi implantado um terminal no DETRAN e quando era requerido o prontuário de determinado cidadão, se ele tivesse tido a carteira apreendida uma, duas, trez, dez vezes, se tivesse participado de acidentes, tivesse sido responsável no ano próximo passado, 1982, o terminal dava sua ficha limpa, sem nada que pudesse comprometê-lo, porque seria considerado um réu primário.

É irregularidade que vou trazer a esta Casa.

E nos 30 segundos que tenho, quero apelar à Liderança do meu Partido, através do Deputado Nilso Sguarezi, e apelar à hoje Minoria — ontem Maioria, que não permitiu o funcionamento daquela CPI que agora permita que acusemos aqui os responsáveis pelo derrame de carteiras frias; que possamos trazer aqui os nomes e tirar as carteiras de perigosos que andam ao volante, e esta Casa estará prestando um serviço à população paranaense.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O Sr. Airton Cordeiro — E mostrar a fraude, Deputado Nestor Baptista, o importante é mostrar a fraude.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB... Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Está em votação no Congresso Nacional a Emenda Benevides, que restabelece eleições diretas para Presidente da República e Prefeitos das Capitais. Mais uma bandeira do PMDB, reafirmada ao longo desses 19 anos de autoritarismo. Bandeira porque é, sem dúvida, um anseio da população brasileira, como base do regime democrático.

No Congresso, infelizmente, mais uma vez, como fez a suicida ARENA agora o PDS, seu sucessor, se nega a dar apoio às eleições diretas para Prefeitos das Capitais. Por que o PDS procede assim? Não dizem os seus Deputados que são favoráveis às eleições diretas? Dizem, sim, mas é pura falácia.

Num pronunciamento, o Deputado Erondy Silvério, no dia 22 de março de 1979, quando aqui se elegeu Jayme Lerner, indiretamente, expressou as seguintes palavras:

“O que queremos fazer sentir ao povo do Paraná é que nós, Deputados da ARENA, da Aliança Renovadora Nacional, também queremos eleições diretas dos Prefeitos das Capitais. Objetivo a ser perseguido nesta escalada para a democracia plena. Haja visto agora, a oposição da Bancada da ARENA, no Congresso Nacional, principalmente da sua Liderança, que declarou questão aberta à apreciação da Emenda Benevides. Por que, a direção da ARENA declarou questão aberta? Porque sentiu a tendência esmagadora da bancada arenista que quer, efetivamente, eleição direta para todos os postos onde se disputa eleição, neste País”.

Lamentavelmente, Srs. Deputados, a Bancada do PDS na

Câmara Federal está assumindo um comportamento que não corresponde às afirmações de sua campanha eleitoral, quando assumiram o compromisso solene, nos palanques, de defendermos legítimos interesses do povo, no desempenho de seus mandatos.

Será porque o Presidente Figueiredo deixou claro, que não pretende mudar as regras do jogo, por eleições diretas, que os Deputados do PDS não conseguem coragem para cumprirem o que assumiram na última campanha, para se elegerem?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na atual conjuntura, nenhum interesse é mais legítimo que o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, de Vereador a Presidente da República. Quem duvidar disto, consulte os jornais de ontem, que publicam as pesquisas efetuadas pela “Folha de São Paulo” que atestam que, mais de 75 por cento da população brasileira é favorável às eleições diretas.

É preciso, pois, lembrar hoje desta tribuna, ao nobre Líder da Bancada do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que quando discutia a indicação de Maurício Fruet para a Prefeitura de Curitiba, e criticava o Governador José Richa, e o PMDB, porque no seu entendimento estariam abrindo mão dos compromissos da campanha eleitoral, promovendo a eleição do Prefeito de Curitiba pela via indireta, que hoje é o seu Partido que mais uma vez trai os interesses populares ao não aprovar a Emenda Benevides, que restaura as eleições diretas. Tanto é verdade, Sr. Presidente, que naquela oportunidade, nos dias 14 e 24 de março último, Sua Excelência o Líder do PDS nesta Casa usou expressões como: “Richa eleito, compromisso desfeito” e disse textualmente:

“Por que o Senhor José Richa não procedeu como o seu colega de São Paulo, que preferiu o andamento da Emenda Benevides, para, só então, proceder a escolha definitiva do Prefeito? Quem sabe pela via direta, consagrando-se a vontade da soberania popular?”

Ora, se o Governador tivesse esperado e ouvido o nobre Líder do PDS, o que diria agora o Deputado depois que seu Partido, mais uma vez correu da raia para não aprovar a Emenda Benevides?

Também naquela oportunidade, um dos vice-líderes da nossa Bancada, Deputado Roberto Requião, em aparte ao Líder do PDS, Luiz Alberto Martins de Oliveira, encarregou-se de colocar as coisas nos seus devidos termos, dizendo:

“O PMDB não prometeu fantasias ao povo; prometeu eleições diretas, através da Emenda Benevides. E eu conclamo a Bancada do PDS nesta Casa a formar nesta trincheira, pressionando sua Bancada Federal, para que restitua ao povo o direito de eleger os Prefeitos das Capitais”.

Em resposta a este oportuno aparte do Deputado Roberto Requião, o nobre Líder do PDS nesta Casa, afirmou e o “Diário da Assembléia” publicou, o que consideramos um compromisso inalienável de Sua Excelência:

“Vamos fazer aqui, nesta Casa, um pronunciamento em conjunto das bancadas, pleiteando eleições diretas”.

E é exatamente isso que nós do PMDB esperamos dos Srs. Deputados do PDS nesta Casa e no Congresso Nacional, reafirmando que estamos hoje, nós da Oposição, onde sempre estivemos: defendendo o restabelecimento das eleições diretas para todos os cargos eletivos, porque entendemos que este é um direito sagrado do povo e um compromisso do programa do nosso Partido.

O PDS, como partido, não pode ter o comportamento que tem. Se defende eleições diretas, como afirmou em campanha eleitoral para obter votos, e como repicou aqui nesta Casa, ainda recentemente, para nos criticar, que cumpra o seu compromisso programático, aprovando a Emenda Benevides; que a Bancada Estadual do PDS proteste contra os seus Senadores, proteste como fez aqui, quando foi eleito indiretamente, Maurício Fruet; proteste contra os seus Deputados Federais e os seus Senadores

que agora não estão dando quorum para ser votada a Emenda Benevides, sob pena de se isso não acontecer, verem devolvidas palavra por palavra, crítica por crítica que nos foram arremessadas, quando aqui se operou a eleição indireta de Maurício Fruet.

A hora é de ação e de atitude, é hora de posição clara. Aprovam ou rejeitam eleições diretas. É hora em que as máscaras da crítica leviana e inconsequente, ou é afastada ou é incorporada definitivamente num programa partidário, porque não podemos conceber de que tenhamos que ouvir aqui, quando se elegeu indiretamente Maurício Fruet. Os democratas de então, defendiam eleições diretas e agora, na hora em que essas eleições podem se converter em realidade, o partido que nos criticou um mês atrás, no Congresso Nacional, não dá quorum para que essas eleições se tornem realidade.

A palavra está com os senhores.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência está concedendo o aparte a mim ou ao Deputado Gabriel Sampaio?

O SR. NILSO SGUAREZI — Inicialmente a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Nilso Sguarezi,

Vossa Excelência acusa o golpe nesta tarde. Acusa o golpe, porque o compromisso assumido pelo Governador José Richa, era no sentido de fazer eleição para Curitiba e o que ocorreu? O Governador José Richa nomeou o Sr. Maurício Fruet como prefeito biônico.

Antes nós sugeríamos, antes dos discursos que Vossa Excelência faz referência hoje, nós sugeríamos outras formas para que o Governador José Richa consultasse a população, como por exemplo, o plebiscito que o Tribunal Regional Eleitoral estava pronto a realizar.

O que ocorre é que os Senhores que pregaram, durante 18 anos a eleição, na primeira oportunidade que tiveram, quando chegaram ao poder, agiram contrariamente ao que afirmaram e aos compromissos solenes dos palanques pré-eleitorais.

Por outro lado, Vossa Excelência não precisa cobrar manifestação dessa Bancada em favor de eleição direta, porque Vossa Excelência que compulsou os Anais da Casa, deveria também ter compulsado as solicitações feitas por Deputados do seu partido, que fizeram um apelo para que as eleições fossem diretas e que contaram com o apoio e com o entusiástico apoio da Bancada do PDS.

Portanto o apelo e o compromisso nosso, da Bancada de Deputados Estaduais do PDS, já está cumprido. Infelizmente o compromisso do seu partido é que não foi cumprido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência e não posso conceder outro aparte pois o meu tempo esgotou e tenho que conceder o restante do tempo ao Deputado Fiori, apenas para dizer o seguinte: se Vossa Excelência diz que na primeira oportunidade nós negamos o cumprimento de um compromisso programático, sempre existe a primeira vez. Está eleito aí Maurício Fruet, indiretamente. Mas o partido de Vossa Excelência não faz isso pela primeira vez. É pela segunda, pela terceira, pela enésima vez que tem oportunidade, no Congresso Nacional, aprovar as eleições diretas. Se não der na primeira, por favor, o PDS basta chegar lá e dar número, que está aprovada a emenda.

O problema é que o PDS não tem vontade própria, esse é que é o problema crucial. O PDS faz o que o Presidente da República determina. Esse é que é o problema. E o restante, me permitam Vossas Excelências dizer, que o resto é falácia. Vossas Excelências assumem posições aqui quando lhes são favoráveis, mas no contexto nacional quando é para progredir, tomar posição de coragem para reformar realmente esta Nação, depende da palavra do Presidente da República.

O resto é "balela".

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz por dez minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Governo Federal vai praticar um verdadeiro genocídio contra o povo brasileiro. Ao estabelecer em 130% o aumento da prestação da casa própria, a partir de julho, o Governo decretará a falência do sistema financeiro e jogará para debaixo das pontes, milhares e milhares de famílias, criando no mutuário um clima de revolta incontrolável.

Nos países desenvolvidos, a casa própria age como instrumento de paz social e o governo incentiva a construção de núcleos habitacionais. No Brasil, o que era um sonho acabou virando um terrível pesadelo, graças à irresponsabilidade e incompetência do Governo Federal. Aumentar em 130% a prestação é meter a mão no bolso do mutuário, certamente para cobrir rombos motivados pelos escândalos financeiros e pela política econômica do trio-maldito, hoje transformados (Delfin, Galvêas e Langoni) em estafetas de luxo do FMI.

O Brasil todo se levanta contra esse crime. Associações de mutuários realizam reuniões extraordinárias e a ordem é uma só: tentar impedir que se concretize o aumento de 130%. No RS, os mutuários estão planejando a realização de um movimento de boicote ao pagamento das prestações; em Goiás, a Associação dos Mutuários do BNH diz que o povo será nocauteado pelo índice absurdo e criminoso; em São Paulo, esboça-se um movimento violento contra o aumento, a associação entrará com mandado de segurança; em São José do Rio Preto, interior paulista, os moradores do conjunto Castelinho estão abandonando as casas; em Londrina, onde existem mais de 20 mil casas populares, a situação é extremamente explosiva. Muitos moradores já declararam que deixarão de pagar as prestações. Outros, vão além: além das prestações, prometem não pagar nem a água e nem a luz. E qual é o governo que vai arrancar das casas, 20 mil famílias? Em Campinas, moradores das 20 mil casas e apartamentos financiados pela COHAB vão propor novas fórmulas de reajustes nas prestações. Caso não sejam aceitas, irão às últimas consequências.

Esse é o quadro em todo o País;

É de se perguntar: será que o FMI estaria por trás desse aumento? Ou seria uma campanha orquestrada para desestralizar o "presidenciável" Mário Andreazza, Ministro do Interior?

O chefe da Nação deveria deixar de lado o problema da sucessão presidencial e tentar encontrar uma saída. O Governo está sentado num enorme barril de pólvora, prestes a explodir.

A fórmula do BNH é um engodo. Em qualquer hipótese, quem optar por um reajuste de 98%, deixando a diferença para cobrir entre agosto e janeiro de 84, pagará muito mais do que os 130%.

Outro lado: desde 1965, quando foi implantado o Sistema Financeiro de Habitação, é o primeiro ano que os reajustes das prestações serão superiores à correção do salário mínimo. Com a retirada dos subsídios, houve um agravamento na relação entre prestação e renda.

O perfil da distribuição de rendas é desigual mas o aumento das prestações incide por igual, em todas as faixas salariais e de financiamentos. Para um aumento de salários de oitenta e dois por cento, aumento de cento e trinta por cento nas prestações da casa própria. É uma insanidade do Governo Federal. Os índices de inadimplência que hoje beiram os vinte e cinco por cento atingirão fatalmente, cinquenta a setenta por cento.

O que é melhor para o BNH? Aumentar as prestações proporcionalmente aos aumentos do salário, o que não agravaria a inadimplência, ou estabelecer criminosamente o aumento em cento e trinta por cento e deixar de receber dos mutuários? É uma questão de bom senso.

O que o Governo Federal não deve desconhecer é a realidade nacional:

Número de trabalhadores que recebem o salário mínimo desvalorizado em 52,4%, 17 milhões;

Número de trabalhadores no nível de subemprego ... 10 milhões;

Número de pessoas — faixa dos 15 anos — e que não entraram no item "População Economicamente Ativa"... 8 milhões;

Número de desempregados admitidos oficialmente .. 3 milhões e oitocentos mil.

Partindo da premissa de que o salário mínimo tem que ser calculado com base nas necessidades mínimas de proteção que o trabalhador necessita para sobreviver e que o IBGE considera subempregado aquele que recebe menos de um mínimo, temos o seguinte quadro:

Aproximadamente 40 milhões de brasileiros, mais de noventa por cento da população economicamente ativa, mais de trinta por cento da população total do País, está numa situação de miséria, bem abaixo dos níveis de subsistência.

Para esses 40 milhões o sonho da casa própria transformou-se em pesadelo, em desespero, em martírio, em revolta.

Em Londrina, por exemplo, o valor médio das prestações é de quinze mil cruzeiros mensais. Com o aumento de cento e trinta por cento, a prestação subirá para Cr\$ 34.500,00.

Agora, observem: o salário mínimo no Paraná é de Cr\$ 34.776,00, quer dizer, quem ganha salário mínimo não terá condições de pagar água, luz, imposto e muito menos comprar alimentos, roupas e remédios.

Qual é a solução? Roubar para sobreviver? Ficar morando sem pagar as prestações? São questões que o Governo Federal do PDS, deve analisar com urgência. Afinal, uma casinha popular tem em média de trinta a quarenta metros quadrados, o que equivale dizer que o cidadão pagará mil cruzeiros por mês, pela utilização de cada metro quadrado de sua casa. Não há dúvida que, neste País, quem trabalha é punido.

Nós estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento endereçado ao DD. Presidente da República, sugerindo a adoção de medidas urgentes contra o aumento de cento e trinta por cento nas prestações da casa própria. E, entre outras medidas, sugerimos: vincular as prestações aos aumentos salariais dos trabalhadores; tratamento diferenciado aos trabalhadores que ganham até três salários mínimos; utilização de parte dos recursos do FINSOCIAL, que só em 1983, atingirão 600 bilhões de cruzeiros, como forma de subsídio e conseqüentemente diminuindo o valor das prestações".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por cinco minutos, ao Deputado Fuad Nacli.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Fuad Nacli, por cinco minutos.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queremos antes de mais nada agradecer ao ilustre Deputado Fiori Luiz, que não se fazia presente no plenário, mas acabou o nosso requerimento com referência à Comissão Especial da Usina Central do Paraná, sobre o problema de Porecatu. Nós entregamos cópias deste relatório que se encontra em nossas mãos, e que não assinamos, por falta de alguma documentação para que fosse juntada a ele, e esses motivos fizeram com que fôssemos a Brasília e ao Rio de Janeiro e também providenciar certidões do Cartório de Protestos de Porecatu, que juntaremos ao Relatório.

Com referência a nossa ida a Brasília, eu não gostaria de citar aqui, mas há necessidade: que o Poder desta Casa e a Comissão Executiva tenham cuidado, daqui para frente, com toda a correspondência dirigida aos Srs. Deputados; que tenha um livro de registro na Portaria para que não haja extravio ou que não haja alguém, por ventura, que procure tirar documentação dirigida aos Srs. Deputados.

Vimos à tribuna não só para falar sobre Porecatu, mas também e principalmente sobre o Paraná, Estado que representamos. Antes de vir a esta tribuna, procuramos o ilustre Deputado de Maringá, Gabriel Sampaio, e pedimos aos Srs. Deputados Fiori Luiz e Paulo Furiatti, para que no consenso, fossem defendidos os altos interesses do nosso Estado.

Vejam os Srs. Deputados, e o Povo do Paraná, que entregaremos amanhã o relatório à Comissão Especial e ao mesmo tempo faremos a distribuição da Resolução do Instituto do Açúcar e do Alcool, que fixou a produção de açúcar e álcool a ser realizada pelas usinas e destilarias da região centro-sul e dos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, safra 83 e 84.

Não temos tempo suficiente para discorrer sobre o assunto, razão pela qual os Srs. Deputados, como já dissemos, receberão cópias da Resolução do IAA para constatar o maior absurdo que se fez com o Paraná, o eterno produtor e o eterno sacrificado pelo Governo Federal e pelos Ministros.

Não podemos como homem do PDS, deixar de dizer aquilo que sentimos e ouvimos em Brasília.

No ano passado, safra 82 para 83, o Paraná teve uma moagem de quatro milhões e quinhentas mil sacas de açúcar e financiamento para se colocar não só em Bandeirantes, não só em Porecatu, como também em Maringá, na Usina Santa Terezinha, mais uma moenda e mais uma destilaria para o álcool, com financiamentos do BADEP, do BRDE e do Banco do Brasil.

Vejam os Senhores, o Paraná tem quatro usinas: a Central do Paraná, em Porecatu; Santa Terezinha, em Maringá; Jacarezinho, de Jacarezinho, não cooperada e que não pertence à nenhuma Cooperativa, como a de Bandeirantes. Ouvi de um cidadão em Brasília a seguinte pergunta: como o usineiro pode moer a cana do fornecedor se ele não pode vender o seu açúcar?

O Instituto do Açúcar e do Alcool baixa uma resolução, mas não admite que se venda o produto. O que acontece no Paraná, meus irmãos, é uma barbaridade, é um crime contra o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo que lhe foi concedido está esgotado. Concedo por mais cinco minutos ao Senhor Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Vejam os Senhores, que nós estamos nesta tribuna para denunciar o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Ministério da Indústria e Comércio pela maneira como eles nos tratam.

Nós somos um Estado produtor e consumidor. Temos o consumo de dezesseis milhões de sacas de açúcar por ano e

não podemos produzir aquilo que já é de direito adquirido, que é seis milhões de sacas de açúcar anualmente.

Faço uma pergunta aos Senhores Deputados que hoje pertencem a situação neste Estado: o que é que o Governo Federal, com referência ao Instituto do Açúcar e do Alcool e o Ministério da Indústria e Comércio querem do Paraná? Querem a falência da sua produção açucareira e da sua produção de álcool. O Sr. Paulo Furiatti – Nobre Deputado Fuad Nacli, concede-me uma parte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fuad Nacli, eu, neste aparte, sendo coerente com as minhas idéias, sendo coerente com o sentimento paranaense que todos temos, pelo que eu entendi da sua denúncia, o Ministério da Indústria e Comércio e o Instituto do Açúcar e do Alcool, estão a não ceder cotas suficientes que o Paraná produz. Eu queria e quero neste momento, dizer que esta denúncia séria que Vossa Excelência faz neste Plenário, merece o respeito dos paranaenses, porque, embora divergências possam ocorrer com uma ou outra empresa, não podemos desconhecer que o Paraná é o Estado que tem uma indústria agro-açucareira e que desta indústria depende a sua economia interna e também os trabalhadores, e não podemos, como paranaenses, admitir, que o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Ministério da Indústria e do Comércio, não dêem atendimento e não reconheçam o papel de produtor que o Paraná tem e merece ter.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. FUAD NACLI – Agradeço o aparte do nobre Deputado, mas antes de concluir, tive a oportunidade de conversar com a nossa liderança para que, conjuntamente, os Deputados que representam os Municípios de que fazem parte, não só as usinas de açúcar, mas também os municípios que possuem as destilarias de álcool autônomas no Paraná, pois possuímos hoje, cinco usinas na iminência de serem fechadas, e os produtores vão fazer o quê com a cana?

Como ficará o Estado com referência ao ICM? Nós que somos essencialmente um Estado produtor de quase todos os tipos de grãos, porém, com relação à moagem de cana, não podemos ter o direito sequer de moer a cana atualmente plantada. O que fazer com esta cana que irá sobrar?

Então há necessidade da unidade dos Senhores Deputados pelo interesse do nosso Estado, pelo interesse de nossa arrecadação. Nós não podemos ficar submissos ao Governo, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, levando os nossos interesses para o Estado de São Paulo, para o Estado de Pernambuco e para outros Estados.

A Resolução do IAA aqui está. Se os Senhores tiverem a oportunidade de ler, verão bem claro que é um trabalho essencialmente contra o nosso Governo Estadual que aí está instalado. Não foi eleito por nós, e sim pelos paranaenses, e por isso mesmo precisamos defender os interesses do nosso povo e do nosso Estado, que tem dado divisas ao Brasil e não tem recebido o devido retorno.

Não vamos citar aqui o problema de Itaípu ou outros grandes problemas. Quando se fala em Paraná, quando se fala no nosso Estado, devemos ficar unidos com todos os homens de bem que querem defendê-lo. Com referência ao problema aqui levantado, esperamos que a Liderança do PMDB e o Governador José Richa, defendam nosso Estado com “unhas e dentes” protestando contra a Resolução 17/83, do IAA, de 6 de maio passado, que tira do nosso Estado para levar para São Paulo, para Pernambuco e para outros Estados. Isso não é cabível. Esperamos atitudes desta Casa de Leis, dos Srs. Deputados Federais, dos Senhores Senadores da República, para defenderem nosso Estado.

Era o que tinha a dizer. Quero agradecer o aparte de minha liderança.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto a Liderança

do PDS se fará uso do tempo restante.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por cinco minutos o Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Por cinco minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas uma justificativa pessoal com relação à reportagem “MUNICÍPIOS: QUEM QUER MAIS?”, do dia 18 de maio próximo passado, da “Folha de Londrina”, onde o nosso atual Prefeito de Umuarama fazia críticas à orientação da nossa administração naquela cidade.

Queríamos levar ao conhecimento do povo do Paraná, já que Umuarama é conhedora da construção dos três ginásios esportivos referidos naquela oportunidade. Apenas queria lembrar que em nossa gestão foi erguido um único ginásio, além de duas modestas quadras cobertas, e isto em virtude das exigências impostas para que o município sediasse os Jogos Abertos no Paraná no ano que findou, conforme ao artigo 18 do seu regulamento.

O ginásio, apenas para conhecimento desta Casa, nobres Deputados e Comissão Executiva que se faz presente nesta tarde, comporta seis mil espectadores, seis mil assistentes seicentos atletas em alojamentos condignos. As quadras dispõem das condições básicas para a prática de competições esportivas oficiais. O êxito de Umuarama nas últimas competições, como esta que findou na semana passada, quando Umuarama classificou-se em todas as modalidades esportivas em que disputou o Campeonato Colegial, já justifica esse sacrifício, tenho certeza absoluta.

Quanto à denominação de “Ney Baga” ao ginásio de esportes, em homenagem ao ex-Governador, me consta que o primeiro ato do Prefeito de Corbélia, após a vitória do PMDB nas eleições, foi batizar aquele ginásio de esportes daquela cidade de “José Richa”.

Quanto à construção de um quarto ginásio, prevista no Projeto CURA, interessa destacar que o terreno cedido pela Companhia Melhoramentos do Estado do Paraná, no Alto do São Francisco, cuja localização estou citando, tem em seu contrato de cessão, uma cláusula determinando sua destinação à construção de um ginásio esportivo. Ginásio este inclusive que já deveria ter sido construído na gestão do ex-Prefeito Cioni Neto, que para isto recebeu a soma de um milhão de cruzeiros do então Ministro da Educação, Ney Braga.

Finalmente, no que se refere à insuficiente rede de água e esgotos do município, sabemos e estamos assistindo a SANEPAR investir mais de um bilhão de cruzeiros, mais precisamente um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros no serviço de esgotos; inclusive a construção da captação e decantação em local apropriado, afastado de restos e detritos. Em termos de investimento para captação e nova distribuição da rede de água naquela cidade, temos em mãos um relatório da SANEPAR, cujo investimento, para inclusive a construção de nova caixa de reservatório de água de nossa cidade, que pode ser observada de qualquer localização em que esteja o indivíduo naquele município, poderá ser observada a condição necessária para que fosse, real e definitivamente, solucionado o problema da água na cidade de Umuarama. Está exigindo e vai exigir, particularmente para esta faixa de investimento, mais de oitocentos milhões de cruzeiros.

É o que nós tínhamos para dizer aos nobres companheiros aqui da Assembléia Legislativa, numa oportunidade que nós achamos das mais coerentes e justas, para que pudéssemos fazer ao Paraná da definição de prioridades e que naquela oportunidade optamos para o investimento aqui justificado nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O povo paranaense está estupefato diante dos métodos postos em prática pelo Sr. José Richa na administração pública estadual. Métodos esses caracterizados pela mistificação, pelo imobilismo, pelo autoritarismo, pela falta de capacidade para enfrentar os problemas que surgem e pela incapacidade de propor soluções, pela obscuridade dos seus atos, pela perseguição desencadeada contra os seus adversários, inclusive a humildes servidores públicos e aos prefeitos do PDS, e pela obstinação no extermínio dos que lhe são incômodos.

Para aumentar a estupefação do povo paranaense, acresça-se a tudo isso, a falta de cumprimento honesto dos compromissos anteriores, assumidos na campanha eleitoral do PMDB.

Cada vez que o Governador se manifesta, aumentam as preocupações dos paranaenses, com as consequências desastrosas que poderão advir, pois o Governador diz, e logo em seguida se desdiz

Assim foi com as doze promessas eleitorais que tivemos oportunidade de comprovar, desta tribuna, que todas as doze já foram quebradas em menos de dois meses de governo. Assim foi com a declaração sobre os aviões líbios — questão que o Governador José Richa ensaiou mediar e, que logo em seguida, viu que não é da sua competência a política diplomática externa do País, que é dirigida pelo Presidente da República, exatamente para evitar favorecimento de blocos.

Logo em seguida ocorre a declaração sobre a possível candidatura de Costa Cavalcanti à Presidência da República, divulgada pela televisão, e que agora o Sr. José Richa trata de desmentir, tendo confundido a amigos que foi infeliz na entrevista sobre o assunto.

Esse procedimento tem sido uma constante nos atos do atual governador do PMDB.

O Sr. José Richa e seus partidários disseram que o Estado do Paraná estava falido e que sua administração era inviável. Pois bem: logo em seguida o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, vem à Comissão de Obras desta Assembléia e confirma que o Estado é viável e não estava falido, tanto que, no seu depoimento, o Secretário do Planejamento informou que o Banco Mundial fará um empréstimo no valor de cinquenta e três milhões de dólares ao Estado, que serão destinados aos municípios. São os malditos dólares da campanha eleitoral do PMDB, que agora são bem-vindos para o Governo Peemedebista.

A propósito de dólares, a discrepância está presente em todos os setores do governo peemedebista do Paraná, pois enquanto os Deputados e alguns Secretários de Estado atacam o Fundo Monetário Internacional, propondo até a moratória da dívida brasileira, o vice-Governador do Estado, Sr. João Elísio Ferraz de Campos, homem afeito às lides bancárias, tanto que acumula as funções de vice-Governador com as de Presidente do BADEP, veio a público no domingo, em declarações à “Gazeta do Povo”, afirmando que a única maneira de pagarmos o que devemos, é através de uma negociação política, de governo a governo, entre o Brasil e os países-sede dos bancos credores.

O Vice-Governador João Elísio, ao contrário dos pronunciamentos estapafúrdios dos peemedebistas, teve o bom-senso de defender soluções não ortodoxas para que seja superado o impasse entre o déficit do nosso balanço de pagamentos e a necessidade urgente de dólares para saldarmos nossos compromissos internacionais.

Na série de contradições do governo José Richa, vemos a ação das autoridades federais para que se faça uma reforma agrária adaptada à realidade do País, sem demagogia e agitação, enquanto os seus partidários procuram criar, conforme denunciou

desta tribuna o Deputado Erondy Silvério, focos de tensão social no Paraná, tratando a reforma agrária como uma bandeira de colonialismo cultural, importando para o Brasil, conceitos de outros países, nos quais se pressupõe a expropriação de bens, tirando de uns para dar a outros. A esses interessados em promover a subversão no campo, não interessam as medidas destinadas a adequar a estrutura fundiária às necessidades do processo de desenvolvimento do País, com a preocupação de garantir o uso social da terra.

Aos incendiários do campo, que estão levando sua pregação ao interior do Paraná, provocando grande inquietação entre os fazendeiros de nosso Estado, não interessa a regularização fundiária com o objetivo de discriminar as terras, titulando posseiros e ocupantes de glebas no meio rural; a colonização, com a ocupação de terras devolutas e a sua privatização, e finalmente a desapropriação no interesse social, executada apenas em casos extremos, com o pagamento de indenizações justas.

Não! Aos incendiários nada disso interessa, pois trará a paz nos campos, e o que eles querem é ver o campo pegar fogo, para atingirem seus objetivos ideológicos.

Outro exemplo da administração negativa, que está em marcha no Paraná, é o que está ocorrendo com o Conglomerado BANESTADO, no qual a corretora de seguros se vê envolvida numa série de irregularidades, capazes de levarem a uma intervenção dos organismos incumbidos da fiscalização, conforme denúncia do Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado do Paraná, encaminhada à SUCEPE. O Governo do Sr. José Richa, através da ação da diretoria do Banco do Estado do Paraná, conforme divulgou o jornal “O Estado do Paraná”, em sua edição de domingo, está atropelando a lei para beneficiar seus partidários e apaniguados do PMDB, numa prática do pior clientelismo político.

Trata-se de mais uma demonstração do autoritarismo do Governador do Estado, que mandou os seus prepostos na diretoria do Banco do Estado do Paraná, desrespeitarem a lei para retribuir os serviços de dois cabos eleitorais do PMDB. É o mesmo autoritarismo que levou o Governador a usar de um decreto, para mudar a estrutura da Administração dos Portos, para dar um cargo ao ex-Prefeito de Paranaguá, Sr. Vicente Elias, hoje pertencente ao PMDB.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o povo paranaense está a condenar a indisponibilidade moral desses atos do governo José Richa. Eles são frutos, exatamente, do autoritarismo e do casuísmo, tão condenados, durante muito tempo, pelos membros do PMDB, inclusive pelo atual Governador do Estado e seus representantes nesta Assembléia.

Pelo visto, o Sr. José Richa, já está conseguindo decepcionar até o seu próprio partido, porque o povo paranaense já está decepcionado desde o dia 15 de março.”

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Alberto, Vossa Excelência nessa sua manifestação contrária ao Governador do Estado, manifesta-se em nome do povo paranaense e durante o transcorrer da sua longa explanação, fala do povo paranaense.

O Governador José Richa está a comandar o Estado do Paraná e em recente pesquisa que a “Folha de São Paulo” realizou, a demonstração do povo paranaense e a sua maioria está de acordo com as diretrizes do partido.

É apenas para pedir ao senhor, mostrar de onde viria esta manifestação do povo paranaense, ou com que autoridade Vossa Excelência está falando em nome do povo, contra o Governador, em cima de fatos concretos.

Não seriam as manifestações daqueles descontentes, acostumados com o poder, acostumados com o estilo do PDS, que hoje não se conformam com as mudanças propostas e que estariam hoje descontentes na sua minoria, e não em relação a grande maioria do povo paranaense, que conforme pesquisas

feitas, está a aprovar o Governo do Sr. José Richa?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A minha manifestação em nome do povo paranaense, é em decorrência do meu mandato parlamentar.

Fui eleito nas urnas de 15 de novembro, com 45 mil votos e em razão do exercício do meu mandato parlamentar, tenho o direito de falar em nome do povo paranaense, não sei se o mesmo direito tem outros parlamentares, que estão aqui nesta Casa, na condição de Suplentes.

Mas admito até que eles tenham, baseados em qualquer compêndio de Direito Constitucional, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o direito de atribuir a um Deputado, a função de representante do povo. E desta função não abro mão, Sr. Presidente.

Mais ainda, a urna me delegou a função de fiscalizar os atos do Governador do Estado.

E farei isto permanentemente!

Com relação à pesquisa, cujos dados científicos a "Folha de São Paulo" não revela, mas cita alguns outros dados, por exemplo, daqueles que ainda não se definiram a respeito do Governo José Richa, daqueles que estão insatisfeitos, daqueles que disseram que o Governador José Richa não está cumprindo nenhuma das suas missões, revela um outro dado por exemplo, que o Governador do Estado do Rio de Janeiro tem mais do que três vezes, três vezes a simpatia popular do que o Governador José Richa.

O Governador José Richa, que se, pelos dados da pesquisa a eleição fosse hoje, não faria mais os votos que fez, lamentavelmente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Mário Pereira, constante do expediente, solicitando às lideranças das bancadas do PMDB e PDS, que indiquem os nomes dos Deputados que formarão a Comissão Especial, responsável pela apreciação da Proposição de Emenda à Constituição do Estado n.º 32/83. — Solicito dos Senhores Líderes de bancadas a indicação, objeto do requerido.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 14 e 47/83, constantes da Ordem do Dia de hoje. — Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 14 e 47/83, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 40/83), que dá nova redação ao art. 2.º da Lei n.º 7700, de 05/01/83, estendendo aos Policiais Militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, os benefícios das Leis n.ºs 7434/80 e 7637/82, (Gratificação de Risco de Vida) e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 14/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Art. 2.º da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — A gratificação de que trata o § 1.º, do Art. 2.º, da Lei n.º 7.434/80, será para ao policial-militar inativado até 31 de dezembro de 1980 e não beneficiado com a gratificação de que trata o item 4, do Art. 13, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pelo artigo 9.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979, na forma abaixo".

Art. 2.º — Aplicam-se aos policiais militares da reserva remunerada e reformados beneficiados pelo Art. 4.º da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, os percentuais da Gratificação Policial Militar estabelecidos pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7.637, de 10 de setembro de 1982.

Art. 3.º — Fica revogado o parágrafo único do Art. 2.º da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 14/83

Autor: Governo do Estado.

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 7.700/83

1 — Através Mensagem Governamental, de n.º 40/83, o Excelentíssimo Chefe do Poder Executivo, propõe a esta Assembléia, nos termos da Constituição Estadual, alteração ao artigo 2.º, da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983, intentando melhoria na remuneração de Policial Militar Inativado até 31 de dezembro de 1980.

2 — "Prima facie", quer nos parecer, existe erro material na elaboração do plano de lei em epígrafe, vez que, na Redação que se quer implantar, por equívoco datilográfico, consta a expressão "para", quando o correto seria grafar "paga", estando a merecer, neste particular, a devida retificação, o que poderá ser feito até a redação final.

Subscribo a necessidade da correção.

3 — Quanto à legalidade e constitucionalidade da medida, a mesma vem lastreada no memorial de fls. 04, donde se infere da forma injusta com que foi tratada a remuneração do pessoal inativado até a data da legislação que se pretende modificar, encontrando-se estribada na legislação aplicável à espécie, notadamente em dispositivos constitucionais que prescrevem a equidade de salários percebidos, por ocasião da aposentadoria dos servidores do Estado.

4 — De outra parte, manter-se a redação primitiva, seria, por certo, a conclamação da injustiça social e a glorificação do achatamento salarial, impraticável na época presente.

5 — Por todas estas assertivas, somos de parecer FAVORÁVEL, à intenção saneadora do Projeto.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 14/83

O Projeto de Lei n.º 14/83, oriundo de Mensagem Governamental, propõe a esta Casa alteração no artigo 2.º, da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983, dando nova redação, e estendendo aos policiais militares da reserva remunerada e reformados, os percentuais da Gratificação Policial Militar estabelecidos pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7.637, de 10 de setembro de 1982, e dá outras providências.

O projeto foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, que deve examinar o projeto sob o ponto de vista de sua oportunidade, ressal-

ta, mesmo ao olhar menos atento, a falta de equidade no trato do policial militar inativo, visto ter sido o mesmo postergado um dos seus mais elementares direitos a uma aposentadoria condigna, conforme reconhece o Comando Geral da Polícia Militar, ao solicitar o presente plano de lei, atestando, mesmo, que face à legislação anterior os proventos de oficiais e praças da Reserva Remunerada e Reformados da Corporação, apresentavam-se bastante diferenciados, para o mesmo posto e graduação.

No momento atual, quando sentimos o servidor público, de todas as categorias, ser esmagado pelo efeito avassalador de uma inflação galopante, sem que os seus reajustes salariais acompanhem os índices crescentes do custo de vida, e quando se verifica que, mesmo os reajustes semestrais de salários não chegam a repor a perda de poder aquisitivo das classes assalariadas não poderia este Deputado, sem infringir os mais mezinhos princípios de justiça e consciência opinar de outra forma, que não FAVORÁVEL.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
ANTÔNIO ANIBELLI — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 14/83

Oriundo de mensagem governamental, o presente Projeto de Lei n.º 14/83, tem por finalidade a concessão de melhoria dos proventos dos policiais militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto ao mérito, a que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, temos que, conforme a justificativa que acompanha a Proposição, a medida proposta, visa corrigir distorções nos proventos dos oficiais e praças da Reserva Remunerada e Reformada da Polícia Militar do Estado, os quais de há muito, face legislações anteriores, se encontravam diferenciadas para os mesmos postos ou graduações referenciados ao mesmo tempo de serviço.

Diante dos argumentos apresentados e analisando os termos conforme está elaborado o Projeto, temos que a matéria se reverte de sentido dos mais meritórios, já que está a corrigir injustiça na isonomia salarial que deve ser obedecida pelo Poder Público, com relação àqueles que prestaram relevantes serviços à Administração Estadual.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade, e que define e regulamenta o desempenho das funções do Vice-Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 47/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Compete ao Vice-Governador do Estado auxiliar o Governador, no desempenho de suas funções, sempre que por ele convocado.

Art. 2.º — O Vice-Governador poderá exercer funções em órgãos da administração direta ou indireta do Estado.

Parágrafo único — Pelo exercício das funções de que trata o "caput" deste artigo, o Vice-Governador não perceberá qualquer espécie de remuneração.

Art. 3.º — Ocorrendo necessidade de substituir ou suceder o Governador, o Vice-Governador afastar-se-á das funções previstas no Art. 2.º, temporária ou definitivamente, conforme o

caso.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY

Apoio: Amélia Hruschka, Ervin Bonkoski, Tadeu Lúcio Machado, Edmar Luiz Costa, Caito Quintana, Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

O projeto tem por escopo definir as atribuições do Vice-Governador do Estado, nos termos do Art. 44, § 1.º, da Constituição Estadual, que está a reclamar regulamentação.

Nos termos do citado preceito, o Vice-Governador, além de outras atribuições que lhe foram conferidas por lei, auxiliará o Governador, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Norma equivalente encontra-se na Constituição Federal, assim interpretada por Pontes de Miranda:

"A Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, pôs termo à confusão que o texto de 1967 criara. Faz-se agora no Art. 77, § 2.º: "O Vice-Presidente, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei Complementar, auxiliar o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais".

Há duas classes de atribuições:

- a) a das atribuições que a Lei Complementar lhe confere;
- b) a daquelas que sejam missões especiais para que o convoque o Presidente da República.

Não se interprete que as últimas tenham de constar da enumeração das que lhe conferiu a Lei Complementar."

((Mutatis Mutandis", é essa a exegese devida ao texto correspondente da Carta Estadual.

Impõe-se, assim, a complementação do preceito constitucional, sob pena de permanecer destituído de atribuições específicas o cargo de Vice-Governador, do qual se deve esperar participação mais ativa na gestão dos interesses públicos, evitando a perpetuação da simples expectativa de eventuais substituições.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Protocolado n.º 3309/83

Súmula: Consulta do Deputado Gabriel Sampaio sobre a legalidade da acumulação das funções de Vice-Governador e Presidente do BADEP.

Em Consulta datada de 19 de abril do corrente ano o Deputado Gabriel Sampaio argüiu da legalidade da acumulação pelo Dr. João Elísio Ferraz de Campos das funções de Vice-Governador do Estado e de Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

O protocolo, que tomou o n.º 3309, foi indevidamente encaminhado à Consultoria Legislativa, que não tem competência para opinar sobre assuntos da alçada desta Comissão. A Consultoria opinou através de seu Diretor.

Do exame do mencionado parecer, embora nada se possa obstar quanto à legalidade da situação apresentada, concluímos que a alta investidura como Vice-Governador e a indispensável colaboração do eventual ocupante deste cargo deve prestar ao seu companheiro de chapa, não podem se tornar objeto de especulações e que, para que não se venha inquirir de ilegal qualquer colaboração sua com a administração estadual, se nos parece que a matéria, deveria ser regulamentada por lei específica, não sobrando, assim, espaço para especulações posteriores.

Pelos motivos expostos, deixo de acatar o parecer da Consultoria Legislativa, é apresento a essa Comissão Projeto de Lei que, regulamentando as atribuições de Vice-Governador, virá por um ponto final à controvérsia.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas para que Vossa Excelência conste nos Anais da Casa o voto contrário deste Parlamentar a respeito da votação do Projeto. Faço-o consciente de que o Projeto é inconstitucional e anti-jurídico.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e determina que se registre a manifestação do Deputado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS", ao atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/82, de autoria do ex-Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO", com sede nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL", com sede no referido município. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando a inauguração da Agência a ser instalada no Município de Ortigueira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Superintendência do FUNRURAL, a nível de Estado do Paraná, objetivando a jornada diária de oito horas em termos de atendimento ambulatorial aos associados do FUNRURAL do Município de Santa Fé, duplicando, portanto, a carga horária atual de quatro horas, segundo convênio firmado entre o FUNRURAL e o Hospital Nossa Senhora das Graças daquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da Café do Paraná, encarecendo estudos que viabilizem, segundo aspiração traduzida pela Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí, a implantação de Pólo de Mecanização Agrícola da Café do Paraná, naquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo estudos para ressurgir no Paraná os laranjais extintos, pois que é uma afronta ao Paraná a manutenção perene das águas do rio Paranapanema como faixa divisória do câncer cítrico, em cujo nome os trustes da citricultura tem explorado sem peias o povo do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos através das competentes Secretarias de Estado, para a concessão do indis-

pensável reajuste salarial aos professores da Rede Estadual de Ensino e demais funcionários públicos, ao se iniciar o segundo semestre do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários de Finanças e Agricultura, visando a adoção de medidas que objetivem especial valorização do milho como base de alimentação de um povo que, pretendendo, poderá modificar seus hábitos alimentares de tal forma, que o milho com absoluta propriedade ocuparia o espaço inutritivo hoje preenchido pelo trigo importado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wandrer, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Câmara Júnior do Município de Marechal Cândido Rondon, que sediou nos dias 20, 21 e 22 de maio a II Convenção Estadual, que contou com a presença do Presidente Nacional, do Vice-Presidente, demais autoridades e representantes de todas as Câmaras Júnior do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de através do setor competente, apresentar voto de congratulações ao Centro do Comércio de Paranaguá, pela comemoração do seu cinquentenário de Fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja expedido ofício ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que o Chefe do Executivo recomende aos Presidentes das Estatais Paranaenses a publicação dos seguintes atos no Diário Oficial: contratos de compras, admissão e demissão de empregados, designação de empregados para o exercício de cargos de chefia, com os respectivos salários e contratação de obras. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro da Fazenda, visando a reabertura da Agência da Receita Federal, no Município de Wenceslau Braz, desativada injustificadamente no mês de março. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de ofício à Senhora Secretária da Educação, sugerindo medidas visando transferir o Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa do Grupo Escolar Meneleu de Almeida Torres, para o anexo do Colégio Estadual Regente Feijó ou para os prédios onde estão instalados os Grupos Escolares Senador Correia e Júlio Teodoro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos no sentido de ser asfaltado o trecho que liga Barbosa Ferraz-Corumbataí do Sul-Bourbonia-Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o estudos que viabilizem o asfaltamento do trecho entre Barbosa Ferraz-Tereza Breda-Paraíso do Sul e Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho da Rodovia PR-090, que liga Ibiaporã a Sertãoópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Ani-

belli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à funcionária desta Casa, Senhora Norma Buest Rosário, que após relevantes serviços prestados a este Poder Legislativo, vem de se aposentar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BADEP, no sentido de prestar as seguintes informações: sobre o Sr. Karlos Rischbieter: se é servidor do BADEP. Quando foi contratado, qual o seu salário inicial, qual o salário atual e onde está lotado para prestar serviços? Saber se foi funcionário da CODEPAR, agora BADEP? Em caso afirmativo, quando foi admitido e, se foi demitido ao tempo dessa mesma CODEPAR? Se o vínculo empregatício com o BADEP foi interrompido em algum tempo? Se está gozando eventual licença; Em caso positivo, desde quando está em licença? Está recebendo alguma remuneração nesse tempo de licença? Os recolhimentos previdenciários referentes aos seus salários estão sendo feitos normalmente? Além do Sr. Karlos Rischbieter, relacionar outros servidores do BADEP que, por quaisquer motivos estejam afastados de suas atividades normais nesse Banco, gozando de licença sem vencimentos ou para tratar de assuntos particulares. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o registro nos Anais desta Casa, a publicação feita no jornal da Capital "Gazeta do Povo", a qual leva o título o "Susto" da Casa Própria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Guillin, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o DER, auxilie a Prefeitura do Município de Pinhão, na reconstrução de 18 (dezoito) pontes destruídas por ocasião das recentes enchentes ocorridas naquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Guillin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", pela sua nova paginação e com a Gazetinha pela edição do número 500. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, para que a TELEPAR providencie a instalação de um telefone público no Jardim das Hortências, Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao órgão competente o fornecimento de uma ambulância ao Município de Tijucas do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex, ao Sr. Presidente da República, sugerindo a adoção de medidas contra o aumento de cento e trinta por cento nas prestações da casa própria, bem como vincular as prestações aos aumentos salariais dos trabalhadores; tratamento diferenciado aos trabalhadores que ganham até três salários mínimos; utilização dos recursos do FINSOCIAL (que em 1983 atingirão 600 bilhões de cruzeiros) como forma de subsídios e consequentemente diminuindo o valor das prestações. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 04/82 e 104/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 14/83 e 47/83.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 379/83

designar o funcionário ALBERTO SAVÓIA ASSEF, matrícula n.º 147, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços junto à Comissão do Fórum de Debates, sem prejuízo de suas ocupações normais. (Protoc. 4234/83)

PORTARIA Nº 380/83

designar ONEIDE GUMY, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Biblioteca, para prestar serviços no Serviço de Biblioteca, a partir de 12 de maio de 1983.

(Protoc. 4205/83)

PORTARIA Nº 381/83

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula n.º 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de maio de 1983.

(Protoc. 4133/83)

PORTARIA Nº 382/83

designar RIZIO WACHOWICZ, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Assistência Social, até 31 de dezembro de 1983.

(Protoc. 3944/83)

PORTARIA Nº 383/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência neste Poder, da funcionária REBECA NISIO, ficando a mesma designada a prestar serviços na Liderança do PDS.

(Protoc. 3889/83)

PORTARIA Nº 384/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência nesta Casa, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Poder Judiciário, ficando os mesmos designados para prestarem serviços conforme especifica:

AIRTON FERREIRA PRECOMA — Gabinete da 2.^a Vice-Presidência;

REGINA APARECIDA S. MACHADO — Serviço de Cerimonial e Relações Públicas;

AVANI F. DIETRICH — Serviço de Imprensa Legislativa;

FUAD JARRUS — Serviço de Assistência Social.

(Protoc. 3627/83)

PORTARIA Nº 385/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo público de ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, matrícula n.º 114, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções,

durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 16 de fevereiro de 1978 e 16 de dezembro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.
(Protoc. 3396/83)

PORTARIA Nº 386/83

revogar a Portaria nº 220/83, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, o funcionário ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, contratado deste Poder.
(Protoc. 3704/83)

PORTARIA Nº 387/83

designar os funcionários GERSON NEMES e JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, para, sob a Presidência do primeiro comporem Comissão para apurar os Riscos de Vida e Saúde, do funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, lotado junto a Coordenadoria de Imprensa Legislativa.
(Protoc. 4266/83)

PORTARIA Nº 388/83

conceder à funcionária MARINA CUNHA MARTINS, matrícula nº 597, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de maio de 1983.
(Protoc. 4191/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 389/83

conceder ao funcionário JOÃO FARICNHAK, matrícula nº 210, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1983, a partir de 1.º de junho de 1983.
(Protoc. 4350/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de maio de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 390/83

conceder ao funcionário GABRIEL QUEZADA FILHO, matrícula nº 067, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1983, a partir de 17 de maio de 1983.
(Protoc. 4336/83)

PORTARIA Nº 391/83

I — revogar a designação da funcionária REBECA NISIO, ora à disposição deste Poder, do Gabinete da Liderança do PDS;

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1983.
(Protoc.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 392/83

prorrogar até 31 de dezembro de 1983, a permanência neste Poder, do funcionário JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, da Prefeitura Municipal de Curitiba, ficando o mesmo designado para prestar serviços no Serviço de Assistência Social.
(Protoc. 3848/83)

PORTARIA Nº 393/83

conceder ao funcionário JOÃO FARIAS, matrícula nº 543, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 23 de maio de 1983.
(Protoc. 4482/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de maio de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral